

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Faculdade de Ciências Econômicas

Curso de Relações Internacionais

LETICIA DOS SANTOS MARRANGHELLO

**A Relação do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS)
com os Eixos da Política Externa do Governo Lula**

Orientador: Prof. Dr. Paulo G.F. Visentini

Porto Alegre, 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS

A RELAÇÃO DO FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL (IBAS)
COM OS EIXOS DA POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA

Leticia dos Santos Marranghello

Monografia apresentada como requisito parcial para a obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini.

Porto Alegre

Dezembro, 2009.

RESUMO

O presente trabalho analisa a relação da política externa do governo Lula com o Fórum de Diálogo Brasil-Índia-África do Sul, o IBAS. Ele primeiramente traz fontes sobre a política externa de Lula, oficiais ou não, identificando como seus principais eixos: desenvolvimento sócio-econômico nacional, fortalecimento do multilateralismo e fortalecimento político global do Brasil. Em seguida, as ações do IBAS são analisadas em dois grupos, confrontando-as com a PE identificada. O primeiro aborda as relações intragrupo e foca na cooperação, comércio e investimentos entre seus membros. O segundo traz iniciativas externas ao IBAS, analisa a atuação dos seus membros quanto a: fóruns multilaterais, reforma da ONU, OMC, diálogo com o G-8 e Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza. O trabalho conclui que há grande alinhamento entre a PE de Lula e as ações e objetivos perseguidos pelo IBAS.

Palavras-chave: IBAS, G-3, política externa, governo Lula, relações Brasil-Índia, relações Brasil-África do Sul

ABSTRACT

The following paper analyses the relation between Lula's foreign policy and IBSA. For that, it uses sources on current Brazilian foreign policy, identifying as its main axes: social-economic development, strengthening multilateralism and strengthening Brazilian global political position. The next chapters analyze IBSA's actions, in 2 groups, according to the foreign policy identified. The first group brings the relations within IBSA countries and focuses on cooperation, trade and investment among them. The second one brings initiatives beyond the forum and analyzes its members in: multilateral fora, reforming the UN, the WTO, the dialogue with G-8 and the IBSA Fund for Fighting Hunger and Poverty. The paper concludes that there is a big alignment between Lula's foreign policy and IBSA's actions and objectives.

Key Words: IBSA, G-3, foreign policy, Lula's government, Brazil-India relations, Brazil-South Africa relations

LISTA DE ABREVIATURAS

ACP: Acordo de Comércio Preferencial

C&T: Ciência e Tecnologia

EUA: Estados Unidos da América

FHC: Fernando Henrique Cardoso

GT: Grupo de Trabalho

P&D: Pesquisa e Desenvolvimento

PE: Política Externa

PPP: Paridade de Poder de Compra

TI: Tecnologias da Informação

TIC: Tecnologias da Informação e da Comunicação

UA: União Africana

UE: União Européia

URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

ZLC: Zona de Livre-comércio

LISTA DE SIGLAS

AGONU: Assembléia Geral

CPLP: Comunidade dos Países de Língua Portuguesa

CSONU: Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas

DIBAS: Divisão Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul

ECOSOC: Economic and Social Council

EMBRAER: Empresa Brasileira de Aeronáutica

EMBRAPA: Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária

GATT: General Agreement on Tariffs and Trade

G-4: Grupo dos quatro

G-5: Grupo dos cinco

G-8: Grupo dos oito

G-20: Grupo dos 20

HIV/AIDS: Human Immunodeficiency Virus / Acquired Immunodeficiency Syndrome

IAEA: International Atomic Energy Agency

IBAS: Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul

INFRAERO: Empresa Brasileira de Infra-estrutura Aeroportuária

LMMCs: Group of Like Minded Megadiverse Countries

Mercosul: Mercado Comum do Sul

MINUSTAH: Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti

MRE: Ministério das Relações Exteriores

NAMA 11: Non Agriculture Market Access

NEPAD: New Partnership for Africa's Development

OMC: Organização Mundial do Comércio

ONU: Organização das Nações Unidas

PNUD: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento

RSCT: Regional Security Complex Theory

RSC: Regional Security Complex

SAARC: South Asian Association for Regional Cooperation

SACU: Southern Africa Customs Union

SENAI: Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

TNP: Tratado de Não-proliferação Nuclear

TRIPS: Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA	12
Posicionamento Oficial.....	12
Análise Acadêmica	15
RELACIONAMENTO INTRAGRUPO	22
Cooperações Internas	22
Comércio e Investimentos	31
RELACIONAMENTO EXTERNO AO GRUPO	45
Atuação Geral no Sistema Internacional	45
Busca pela Democratização da ONU	49
OMC e G-20	57
Diálogo com o G-8.....	62
Fundo IBAS	63
CONSIDERAÇÕES FINAIS	67
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	71
ANEXO I	81

INTRODUÇÃO

O Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS) foi formado em junho de 2003 em reunião a convite do chanceler Celso Amorim. Contudo, a iniciativa remete a uma proposta sul-africana feita a Brasil, Índia, China e Arábia Saudita em fevereiro de 2001 de criar um grupo interlocutor do G-8. João Genésio de Almeida Filho (2009) sustenta que o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) reagiu sem entusiasmo à proposta e que os ataques aos EUA em 11 de setembro daquele ano contribuíram para que as conversas sobre o tema fossem postergadas. Elas foram retomadas apenas dois anos mais tarde, já no governo Lula, mas excluindo China e Arábia Saudita e não trazendo mais o diálogo com o G-8 como seu objetivo central, pois, como bem argumenta Almeida Filho, se o G-8 se recusasse à interlocução, o grupo perderia a sua razão de ser. O principal motivo levantado para a exclusão de China e Arábia Saudita são seus regimes governamentais. As declarações do IBAS contêm um discurso de democratização do sistema internacional e principalmente das instituições multilaterais, o qual não seria sustentável com a participação de membros com regimes reconhecidamente não democráticos. Outro fato que deve ter sido levado em consideração é a difícil relação entre Índia e China, o que tenderia a causar problemas para a coesão do grupo.

A Declaração de Brasília, documento inaugural do IBAS, chama a atenção por ser bastante ampla nos temas que abarca. O primeiro ponto destacado é a reforma da governança global, pedindo o fortalecimento e a democratização de várias de suas instituições – frisam-se aqui a Organização das Nações Unidas (ONU) e o seu Conselho de Segurança (CSONU). O segundo é a cooperação trilateral, trazendo o interesse dos três de trabalharem juntos em: ciência e tecnologia (C&T), transporte, defesa, comércio, investimentos e turismo. E o terceiro é a sua intenção de coordenar medidas de liberalização comercial. Em setembro de 2003, foi lançado o Comunicado de Nova Iorque pelos chefes de governo dos três Estados, o qual ratifica as intenções expressas pelas chancelarias e reafirma a união desses países para: o fortalecimento do multilateralismo – destacando a reforma da ONU –, o sucesso das demandas dos países em desenvolvimento na Organização Mundial do Comércio (OMC) – através G-20 – e o comprometimento com os Objetivos do

Milênio e com a erradicação da pobreza e da fome. No entanto, desde aquele momento, a coordenação entre Índia, Brasil e África do Sul e o número de assuntos da qual a mesma trata aumentaram, havendo atualmente uma ampla gama de temas e ações trilaterais com as quais o fórum trabalha, muitas realizadas através de seus 16 Grupos de Trabalho (GTs). A partir de 2004, os chanceleres do IBAS encontram-se anualmente em reunião da Comissão Trilateral. Do mesmo modo, os presidentes da África do Sul e do Brasil e o primeiro-ministro da Índia realizam reuniões anuais desde 2006, nas quais discutem temas gerais da agenda internacional, coordenam as ações dos três países em fóruns multilaterais e avaliam o andamento da cooperação trilateral em nível operacional. Pela execução do fórum são responsáveis os Pontos Focais de cada um dos membros, que se reúnem semestralmente¹. Há ainda os Coordenadores Nacionais, responsáveis pelo gerenciamento administrativo do fórum e pela coordenação das atividades dos GTs². Além disso, no Brasil o gerenciamento do fórum é realizado pela Divisão IBAS (DIBAS), subordinada ao Departamento de Mecanismos Regionais do Ministério das Relações Exteriores.

Feitas essas considerações, o IBAS tem recebido bastante destaque, sendo reconhecida como uma iniciativa inovadora e bem-sucedida de cooperação entre países em desenvolvimento, promovendo a coordenação em temas relevantes para o Brasil na agenda internacional e também em áreas que podem apoiar o desenvolvimento nacional. O fórum vem ao encontro da iniciativa de diversificação das relações brasileiras que ocorre no governo Lula, buscando aproximar-se de alguns parceiros percebidos como estratégicos e fortalecer relações com outros países que não os seus parceiros tradicionais. Essa orientação da política externa (PE) assume muitas vezes um viés terceiro mundista e de alinhamento com os países do sul. Nessa linha, muitos autores já trataram sobre o IBAS; porém, utilizando termos variados para definir seus membros. O mais recorrente é tratar o IBAS, amplamente, como uma cooperação sul-sul, o que encontra correspondência no posicionamento internacional dos atores. No entanto, seguindo o argumento de Miriam Gomes Saraiva (2007a), a cooperação no caso do IBAS não é sul-sul

¹ O Ponto Focal do Brasil é Subsecretário Político para a África, Ásia, Oceania e Oriente Médio, Embaixador Roberto Jaguaribe.

² No Brasil o Diretor do Departamento de Mecanismos Regionais do Itamaraty, Gilberto Moura.

tradicional, mas sim entre países “*system affecting*”, aqui conceituados por potências médias de grande porte, ou países que têm condicionamentos externos, principalmente econômicos, mas que, no pós-Guerra Fria, conquistaram bom nível de autonomia na formulação de suas políticas externas, tendendo hoje a buscar cooperação internacional para se contraporem a ações unilaterais de grandes potências. Essa linha de ação é tida como central para a corrente autonomista do Itamaraty, a responsável pela formulação da PE no governo Lula (SARAIVA, 2007a). Assim, esse tipo de cooperação sul-sul aliará países com possibilidades semelhantes em vista a um reordenamento do sistema internacional. Essa variante de cooperação sul-sul desenvolvida por Saraiva (2007a) será a aplicada neste trabalho.

Quanto à classificação dos países individualmente, alguns autores tratam-nos como potências médias (ou potências médias de grande porte) termo muito disseminado, mas que certas vezes carece de um conceito claro a ser aplicado. Outros autores tratam-nos como países intermediários, o que ajuda a analisar a sua atuação internacional pelas implicações de serem países sem condições de influenciar o sistema internacional individualmente e, por isso, tentarem fazê-lo através de alianças e ações coletivas. Portanto, as instituições internacionais permitem que eles tenham influência, explorando posições diversas de liderança³. Essas noções podem ser muito bem reconhecidas na preocupação que os membros do IBAS demonstram com a governança global e com a explícita intenção de fortalecer instituições multilaterais. Este trabalho irá basear-se na noção da propensão que um país como o Brasil tem para criar alianças no sistema internacional e agir em instituições multilaterais. Porém, ao tratar dos países separadamente, usará o conceito de potência regional desenvolvido por Barry Buzan e Ole Weaver (2003) em sua Teoria dos Complexos Regionais de Segurança (RSCT na sigla em inglês), utilizado por um número menor de autores para tratar sobre o IBAS, mas que traz um conceito claro para determinar quais países encaixam-se na categoria. Assim, Brasil, Índia e África do Sul são considerados potências regionais, classificadas por terem uma esfera de atuação limitada no sistema internacional,

³ KEOHANE citado por SENNES, 2006.

sendo chamadas pelas potências globais⁴ para assuntos relativos a suas regiões, mas não sendo comumente consideradas para tratar de assuntos gerais ao sistema. Os RSCs são geograficamente determinados pelas fortes relações de segurança entre seus membros, sendo definidos pelos autores como *“a set of units whose major processes of securitization, desecuritization, or both are so interlinked that their security problems cannot reasonably be analyzed or resolved apart from one another”* (BUZAN e WEAVER, pág. 44, 2003). Os RSCs dos membros do IBAS são: América do Sul (multipolar, sendo um dos pólos o Brasil), Sul da Ásia (bipolar, sendo pólos Índia e Paquistão, mas sofrendo várias influências externas das grandes potências no RSC vizinho, China e Japão) e África Austral (sendo o único pólo a África do Sul). Acredita-se que essa teoria dará mais luz ao agrupamento para a formação do IBAS por focar no nível em que eles são mais relevantes: o regional. No entanto, os próprios autores argumentam que ela não é excludente e pode ser aplicada juntamente a outras teorias sobre o sistema internacional que foquem no nível sistêmico e não no regional. Portanto, acredita-se que a classificação dos membros do IBAS como potências regionais pode ser utilizada juntamente com outros conceitos sobre a cooperação desses países internacionalmente sem trazer prejuízos para a análise.

Para analisar as ações do IBAS, este trabalho utiliza o ponto de vista brasileiro, visando estabelecer a sua relevância para a PE do governo Lula, verificando como o fórum encaixa-se nos principais eixos de ação da mesma. A divisão do trabalho será baseada nos tipos de relacionamentos identificados dentro do IBAS por Almeida Filho (2009): a) **intragrupal** (que trata de temas específicos das relações trilaterais) e b) **externo ao grupo** (relações com um outro país ou grupo de países). Assim, o primeiro capítulo desse trabalho faz uma revisão teórica sobre a PE do governo Lula, estabelecendo os seus eixos principais. O segundo capítulo analisa as relações intragrupais do IBAS e a sua correspondência com os eixos principais da PE do atual governo. O terceiro capítulo analisa as relações

⁴ Aqui definidas como grandes potências e superpotências. As superpotências são aquelas com capacidades bélicas muito desenvolvidas e com poder militar e político global, os quais são utilizados em uma atuação ativa em temas de securitização e desecuritização em todas (ou quase todas) as regiões do globo. São também fundadores de “valores universais”. As grandes potências são os Estados que – por perspectivas política, econômica e militar - acredita-se que podem tornar-se superpotências em médio prazo.

externas do IBAS e a sua correspondência com os eixos principais da PE do governo Lula. A esse se seguem as considerações finais.

A POLÍTICA EXTERNA DO GOVERNO LULA

Apesar da falta de distanciamento temporal do governo Lula, a sua PE já foi objeto de estudo de diversos analistas. O objetivo deste capítulo não é analisar criticamente tal política, fazendo-lhe juízo de valor, mas sim, definir os seus principais eixos para, nos próximos capítulos, relacioná-los com a participação do Brasil no IBAS. Para tanto, primeiramente será analisado o discurso oficial do governo Lula quanto à sua PE. Em seguida, passarei à análise da obra de autores brasileiros sobre o tema.

Posicionamento Oficial

Na observação de discursos e declarações do presidente Lula e do chanceler Celso Amorim⁵, percebe-se que certos assuntos recebem destaque, repetindo-se diversas vezes. Primeiramente, ambos falam sobre utilizar a PE para a defesa dos interesses nacionais brasileiros, incluindo aí questões de política interna. Um exemplo disso é a PE para o desenvolvimento. Essa é uma definição bastante ampla, passando pelo comércio exterior, aumento de capacidades em tecnologias avançadas, investimentos externos produtivos, e tem como objetivo final melhorar o nível de vida, renda e emprego da população brasileira⁶. Sobre a questão comercial, destaca-se a atuação e o discurso brasileiros na Rodada Doha da OMC. Amorim declara que apesar do discurso liberal dos países desenvolvidos os mercados dos mesmos permanecem fechados e que eles utilizam “práticas predatórias” para acabar com as vantagens comparativas dos países em desenvolvimento: os produtos agrícolas⁷. Desse modo, o Brasil teria o interesse de reformar a ordem econômica internacional no âmbito *General Agreement on Tariffs and Trade* (GATT) / OMC⁸. O chanceler brasileiro ainda analisa o surgimento do G-20 como uma resposta às distorções ao comércio internacional criadas pelos países ricos na agricultura. Nesse caso, destaca-se também a política multilateral do Brasil por lidar com o problema dos subsídios a partir de

⁵ Extraídas de MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (2008) e de AMORIM (2007)

⁶ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2008.

⁷ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2008.

⁸ AMORIM, 2007.

um grupo formado por diversos países em desenvolvimento, o G-20, atuando na Rodada Doha. Ou seja, utilizando um mecanismo multilateral, o Brasil colocou-se como uma liderança dentre os países em desenvolvimento para buscar vantagens para a inserção internacional dos seus produtos e, conseqüentemente, maior desenvolvimento para si.

Em discurso a outras nações, Lula e Amorim dão uma face humanista à PE expande e expandem a questão do desenvolvimento ao justificá-lo também pelo ponto de vista da segurança. O presidente coloca que a pobreza é fator que fomenta o fanatismo e a intolerância, o que veremos será também recorrente nos discursos do IBAS. Desse modo, Lula dá novo relevo à questão, ampliando justificativas para que outros Estados considerem esses problemas relevantes e incentivando-os a darem atenção à miséria de terceiros países para prevenir ameaças em potencial⁹. Sobre a América do Sul, Lula diz que as relações brasileiras com seu entorno devem ser guiadas pela não-intervenção, mas também pela não-indiferença. Ou seja, ele defende uma política ativa do Brasil entre os seus vizinhos, não abrindo mão do respeito à soberania nacional dos mesmos, mas destacando-se como ator ativo na região. Essa linha visa maior preponderância do Brasil como potência regional, já que o coloca em posição de diálogo e participação em assuntos regionais, não se detendo ao nível doméstico. O chanceler expande as declarações, dizendo que o “*destino do Brasil*” está ligado à América do Sul. Então, a integração sul-americana aparece não só como prioridade, mas também como fator vital para o desenvolvimento nacional e projeção internacional brasileiros¹⁰. Ele explica a aproximação com a América do Sul também dizendo que a coesão regional daria maior peso internacional para o Brasil, principalmente se somada ao alinhamento do conjunto sul-americano com outros países em desenvolvimento, o que seria vital considerando-se a nova tendência de configuração do sistema internacional em blocos, ou grandes países com peso de blocos, limitando o poder dos países em desenvolvimento. Assim, a aproximação com a América do Sul está intrinsecamente ligada a uma maior capacidade de influência sistêmica do Brasil, potencializando seu peso e sua capacidade de negociação internacionais (AMORIM, 2004 e 2007).

Sobre a atuação internacional do Brasil, o presidente declara que a PE:

... was defined by a clear choice for multilateralism, required for the establishment of a world of peace and solidarity. This choice enables us to maintain excellent political, economic and

⁹ Presidente Lula em discurso ao Fórum Econômico Mundial em 2003

¹⁰ AMORIM, 2007.

trade relations with the great world powers and, at the same time, to give priority to our ties with the Southern countries of the world. (Ministério das Relações Exteriores, pág. 25, 2008).

O presidente destaca em seguida a necessidade de dar uma perspectiva estratégica para a aproximação com países como China, Índia, Rússia e África do Sul. Note-se que, entre os quatro países citados, dois são justamente os outros membros do IBAS. O chanceler Celso Amorim apoia essa posição, enfatizando que a PE não deve ser baseada em apenas uma região, mas sim, que deve haver uma expansão da área de ação das relações externas brasileiras. Nesse contexto, também entraria a relevância das relações sul-sul, as quais o presidente aponta como necessárias, possibilitando que países emergentes sejam mais fortes na participação em fóruns econômicos e políticos e em questões comerciais. Ressalta-se aqui a preferência que Amorim declara pela multipolaridade, que traria um ambiente mais estável e seguro e com melhores condições de desenvolvimento para o Brasil. Para esse objetivo, o fortalecimento de um número maior de países do sul¹¹ seria útil para contribuir para a estabilidade internacional.

Assim, a questão do desenvolvimento enquadra-se na orientação pragmática da PE brasileira, focada na busca por resultados, servindo diretamente às aspirações nacionais, conforme definida pelo presidente e pelo chanceler. O presidente diz que o Brasil quer ser um “*global player*” e que deve ter foco para conseguir isso. Nessa linha, está a candidatura do Brasil a um assento permanente no CSONU, a qual é bastante destacada por Lula e Amorim. Dessa maneira, eles expõem que a conjuntura internacional alterou-se e a agenda internacional expandiu-se nas últimas seis décadas desde a criação da ONU. Então, essa organização deveria seguir esse passo, aceitando uma reforma ampla para não tornar-se obsoleta. A reforma que o Brasil defende incluiria o fortalecimento da Assembléia Geral e a ampliação do CSONU, entre outros. Sobre este último, o Brasil pede que se criem novos assentos permanentes a serem divididos entre continentes, sendo que a África poderia ter dois assentos e a América do Sul e a Ásia, um cada. Logicamente o Brasil quer para si o assento sul-americano, destacando como seus atributos para tanto: a tradição na busca de soluções pacíficas, a observação do direito internacional e a promoção dos interesses dos países em desenvolvimento. Em sua campanha, o país alinha-se a outros com o mesmo objetivo, como o G-4, grupo composto por Brasil, Índia, Alemanha e Japão, que se apóiam mutuamente como candidatos. Note-se a presença de Brasil e Índia no mesmo grupo, buscando uma posição política de relevo internacional. Apesar de a África do Sul não fazer parte do G-4, ele defende que deve haver lugar para o continente africano no CSONU e

¹¹ O conceito empregado neste trabalho é de sul político.

mantém conversas com a União Africana (UA) sobre o assunto. Então a ausência da sul-africana é mais justificada por uma questão interna de concerto naquele continente do que por uma falta de intenção sul-africana em assumir o assento ou de apoio de Brasil e Índia para que ela o faça.

A análise do discurso oficial do governo Lula, traz também a relação entre a PE e as questões domésticas. A PE seria um instrumento para promover o desenvolvimento nacional. Frisa-se ainda a busca pela democratização de fóruns de decisão globais, fundamental para o país perseguir os seus próprios interesses internacionalmente. A PE aparece também como pragmática, buscando expandir a atuação do Brasil junto a um maior número de Estados e conquistar parceiros que contribuam para o desenvolvimento nacional (tanto para comércio, quanto para desenvolvimento de tecnologias, por exemplo). Desse modo, têm-se como prioritárias as relações com outros países emergentes. Apesar disso, essas nações parecem ficar atrás da esfera continental na priorização da PE. Além disso, não há interesse em romper ou prejudicar relações com parceiros tradicionais, como EUA, União Europeia e Japão. A PE parece assim é extremamente pragmática e abrangente na inserção internacional brasileira.

Análise Acadêmica

Amado Cervo (2004) expõe que a PE do governo Lula tem uma orientação universalista, buscando recuperar relações com a África e estabelecer alianças com países árabes e com outros emergentes – ele dando destaque a Índia, China e África do Sul. O autor sustenta também que a atual PE tem intenção de fortalecer o multilateralismo no sistema internacional. Com isso, ela teria os objetivos de: diminuir a vulnerabilidade externa do Brasil, acabar com dependências estruturais e buscar uma inserção independente. Nesse sentido, o IBAS serviria diretamente para aproximar o Brasil de outros países emergentes e das suas respectivas regiões e para aumentar o seu poder de barganha em organismos multilaterais. Também para Cervo a prioridade da chancelaria seria o Mercosul, ocupando o “*espaço natural*” da diplomacia brasileira. No entanto, o autor ressalta que, além da América do Sul, ela deveria incluir alguns “países-chave” na costa atlântica africana.

Sombra Saraiva (2004) caracteriza a PE de Lula como: “*realista, universalista e pragmática*”. Ele concorda com Cervo ao dizer que há: relançamento da política africana, intenção de diminuir a vulnerabilidade externa do país - o que seria em parte feito pelo

comércio exterior - e intenção de influir na criação de um mundo mais multipolar. O autor acrescenta que o modelo seria autônomo e desenvolvimentista e que a tentativa de ter maior participação nos temas relevantes globalmente seria acompanhada pela construção de alianças com outros países do sul.

Já Lessa (2003), diferencia a PE que temos hoje do nacional-desenvolvimentismo, argumentando que a atual expande-se para incorporar o desenvolvimento sócio-econômico. Ele concorda com Amado Cervo quanto à priorização da América do Sul pela chancelaria, ao caráter universalista da PE atual e à retomada das relações com a África, mas ele acrescenta que nessas últimas há um componente econômico muito forte. Lessa ressalta a importância estratégica da candidatura brasileira a um assento no CSONU e caracteriza a PE de Lula como assertiva e criativa, ou seja, que busca novos espaços de atuação econômica e melhor capacidade concreta de articulação internacional.

Souto Maior (2004) dá uma dimensão bastante estratégica para a PE do presente governo, afirmando que a mesma tem função importante de auxiliar para que os objetivos centrais da atual administração sejam atingidos. Ele vai ao encontro de Lessa e Cervo quando constata que há uma priorização do aspecto regional - principalmente o Mercosul - e uma busca pela multipolaridade. Esse autor cita discursos de Lula e Amorim, referindo-se ao caráter democratizante da ação exterior brasileira, o qual passaria pela reforma do CSONU. Ele cita também que o Brasil busca aliados em outros países de “porte médio” para adotarem uma linha de ação comum em organismos multilaterais¹². Souto Maior acredita que uma presença soberana no sistema internacional é fundamental para atingir as metas de desenvolvimento interno do governo, sendo esse o principal objetivo da PE. Ele caracteriza-a como de uma *potência emergente*, em oposição à de um *país emergente*, forma que teria sido adotada por governos anteriores. O autor levanta um ponto importante quanto às relações com os EUA, citando discurso em que Celso Amorim expõe uma intenção de que os norte-americanos percebam o Brasil como fundamental para manutenção da estabilidade na América do Sul e na África.

Por sua vez, Miriam Gomes Saraiva (2007b) analisa a mudança na corrente predominante no Itamaraty com a posse do atual presidente, utilizando o paradigma de *credibilidade versus autonomia*. Para Saraiva, a executora da PE seria agora a corrente autonomista do ministério, que busca maior liderança no sistema internacional. Viria daí a ênfase na candidatura ao CSONU. Além disso, a corrente autonomista teria um projeto mais claro e enfático de construção de uma liderança regional (articulada à segurança e à defesa

¹² Conforme entrevista do próprio Presidente Lula

dos processos de democracia e integração). Essa análise aproxima-se da classificação do Brasil como potência regional, apesar de o termo usado pela autora ser potência média de grande porte¹³. Saraiva (2007a) ressalta a aproximação do Brasil de outras potências desse tipo, destacando – como Cervo - China, Índia e África do Sul. Para ela, como o Brasil, esses seriam países com interesse no reordenamento do sistema internacional, pois isso lhes daria mais possibilidade de ação. No entanto, eles precisariam agir junto a outros de porte semelhante para poderem afetar o sistema internacional. A autora defende que a corrente autonomista no governo Lula criou uma PE mais adequada ao Brasil, buscando contornar os constrangimentos à ação internacional dos países em desenvolvimento. Um das maneiras de fazer isso seria a própria cooperação sul-sul, que ajuda a fortalecer o multilateralismo (facilitando a contraposição a ações unilaterais de grandes potências) e a auxiliar na conquista de mercados. Ela justifica ainda a defesa da democracia pelos países emergentes (muito utilizada no IBAS), argumentando que “*na nova percepção da diplomacia brasileira, tomar como marco normativo a defesa da democracia facilitaria ao país atingir as metas de desenvolvimento visadas*” (SARAIVA, 2007a, pág. 44). Gomes Saraiva ainda argumenta que a diplomacia brasileira, desde 1993, beneficia-se da posição regional para ampliar a projeção internacional, referente também às parcerias estratégicas com o que a autora chama de potências médias de grande porte. A autora desenvolve o argumento dizendo que:

*...no primeiro caso [de cooperação sul-sul na América do Sul], o Brasil assume uma estratégia mais próxima do padrão de hegemonia, enquanto no segundo a iniciativa busca a assunção de um comportamento de liderança na organização da ação coletiva, em cooperação com outros países igualmente **system-affecting**.* (SARAIVA, pág. 59, 2007a).

Assim, ela defende que a corrente autonomista visa à aliança do Brasil com países com a mesma condição (de potência média) para poderem influir na ordem internacional, assegurando-lhes maior estabilidade e desenvolvimento. Esse também seria o caso do IBAS (SARAIVA 2007a). É interessante notar que mesmo a autora usando o conceito de potência média de grande porte para identificar os membros do IBAS, ela ressalta a sua

¹³ No conceito da autora, potências médias de grande porte seriam: “países que não estão integrados estruturalmente a áreas mais amplas, e que tampouco ocupam um dos pólos centrais, vêem na globalização a possibilidade de realizar sua condição de potência e de não serem levados a optar por um esquema de associação periférica a uma das três grandes áreas... candidatos naturais a ter lugar de destaque na nova ordem mundial” (pág. 54).

preponderância regional e o fato de que a maior esfera de ação desses países foi possível desde o final da Guerra Fria, aproximando-se da teoria de Buzan e Weaver.

Paulo Roberto de Almeida (2005 e 2007), citando entrevista do chanceler Celso Amorim, conceitua a PE do atual governo como “ativa e altiva”, além de engajada. Ele diz que ela é voltada para a promoção internacional da soberania e pela busca da integração regional. Ele concorda com Souto Maior e Lessa no que diz respeito à PE ser utilizada para a promoção do desenvolvimento nacional, frisando que o mesmo dependeria do aumento das exportações do país. Desse modo, a chancelaria também se voltaria para a conquista de novos mercados, o que seria um dos componentes da diplomacia presidencial, como no caso das visitas de Lula ao continente africano. Ele concorda com os autores anteriores quanto à vontade de reforço do multilateralismo por parte do Presidente Lula, o qual teria o papel de redefinir as “relações de força” no sistema internacional. Além disso, Almeida dá especial atenção ao CSONU. Ele defende que o Brasil está trabalhando internacionalmente para ter apoio à sua candidatura ao órgão, citando a aproximação de aliados estratégicos – China, Índia, Rússia e África do Sul –, a formação do G-4 e o perdão da dívida de alguns países mais pobres como fatores dentro dessa política. Ele afirma ainda que o país dá grande importância às relações com a África e que o objetivo central da atual diplomacia seria ter voz nos principais problemas internacionais. Em seu trabalho de 2004, Almeida analisa o IBAS como prioritariamente voltado para a promoção dos interesses econômicos dos seus membros, mas ressalta que pode haver cooperação na busca de objetivos comuns em diversas áreas. Ele afirma que pode haver problemas no fórum uma vez que os países estão inseridos de forma desigual no sistema internacional. Por exemplo, a Índia é o único membro do grupo a possuir bombas nucleares. No entanto, esse autor não analisa a situação proveniente de todos os membros serem potências regionais. Desse modo, mesmo que as regiões em que os países estão inseridos e as suas capacidades absolutas sejam diferentes, eles têm uma posição bastante semelhante no sistema internacional por serem pólos de diferentes regiões do globo.

Visentini (2005) frisa as dimensões da diplomacia econômica e política. Esta última seria voltada para a conquista de um papel mais protagônico do Brasil internacionalmente e pode ser caracterizada como ativa e afirmativa. Indo ao encontro de várias das análises anteriores, ele argumenta que firmar parcerias com países emergentes, no caso fora do hemisfério, seria um modo de ampliar o poder internacional do Brasil, contribuindo para o estabelecimento de uma ordem multipolar. Ele analisa a ação do Itamaraty como proveitosa em buscar espaços não ocupados na economia internacional e não se deter aos parceiros habituais. Com esse intuito, dar-se-ia a diplomacia para África e Oriente Médio, por

exemplo. O autor classifica o IBAS como uma forma de unificar posições nos foros multilaterais e expõe que haveria um interesse muito forte na aproximação da África do Sul para melhorar relações com o restante da África Austral. Desse modo, o IBAS ganha uma nova dimensão, já que possibilita um estreitamento de relações com a África do Sul, abrindo caminho para uma aproximação dos países em seu entorno. Em seu trabalho de 2006, Visentini analisa como é relevante para o novo modelo de inserção internacional brasileiro o papel estratégico que o Itamaraty voltou a assumir no governo Lula e que o IBAS, além de um fórum de cooperação, seria um modo de seus membros reforçarem as suas lideranças sub-regionais.

João Genésio de Almeida Filho (2009) enfatiza a utilização da diplomacia no governo Lula como um instrumento para o fortalecimento econômico e promoção do desenvolvimento, o que, porém, já estaria presente em quase todo o século XX. Ele utiliza o mesmo paradigma de *credibilidade versus autonomia* que Miriam Gomes Saraiva (2007a), argumentando que o posicionamento de *credibilidade* (adotado por FHC) reflete a noção de que um país como o Brasil (caracterizado aqui por médio) não tem poder no cenário internacional e imprime nele uma imagem de grande mercado emergente. Já o posicionamento *autonomista* (adotado por Lula) busca o desenvolvimento independente com a associação a países de mesmo interesse e reflete a noção de que os países médios têm espaço para exercer poder globalmente, imprimindo a imagem de um país pronto para ter papel político protagonista no cenário internacional. Assim, Lula considera o Brasil capaz de afetar o sistema internacional como um todo e a sua participação seria um instrumento para o país exercer o maior grau de poder possível e promover seus interesses na ordem mundial. O autor também argumenta que o Brasil prefere a multipolaridade, mais propícia para preservar a sua soberania, o que seria mais um incentivo ao IBAS, já que ele é visto por Almeida Filho como um mecanismo capaz de gerar pólos de poder. Ele também defende o fórum dizendo que ele aumentou o *soft power* do Brasil, com a cooperação para auxílio a outros países em desenvolvimento, por exemplo. Assim, ele define o interesse brasileiro no IBAS sob a ótica de: *“um espaço internacional novo que [o Brasil] pode aproveitar em benefício da ampliação de sua influência internacional, do fortalecimento, no sul, de seus vínculos comerciais e da diversificação de suas opções de cooperação”*.

Assim, analisando a historiografia acadêmica em torno da PE do governo Lula, percebemos que algumas observações sobre ela são bastante recorrentes. A mesma é frequentemente descrita como pragmática e ativa, principalmente no que diz respeito a foros multilaterais. Essa colocação concorda com a teoria de Keohane (*citado por SENNES, 2006*) de que um país como o Brasil preferiria a ação em fóruns multilaterais em instituições

internacionais por não ter condições de intervir sozinho no sistema internacional. Além disso, parece consenso que o Brasil prioriza a América do Sul, principalmente o Mercosul. A integração regional seria então um dos objetivos centrais da PE do presidente Lula. Outra colocação recorrente é a questão do desenvolvimento interno (com o seu componente sócio-econômico). Nesse sentido, a PE seria utilizada para promover o desenvolvimento do país, sendo um dos principais exemplos disso a busca de novos mercados para exportação, um dos motivos do caráter universalista da atual PE e da intensa diplomacia presidencial. Também se destaca a ação em foros multilaterais e a criação de alianças que contribuam na formação de uma ordem multipolar. Com essas metas, dar-se-ia a aproximação de outros países emergentes, inclusive para a conquista de um assento permanente no CSONU. Além disso, é destacado o papel estratégico que o Itamaraty assumiu atualmente na condução da PE. Assim, é também relevante a colocação de Miriam Gomes Saraiva e João Genésio de Almeida Filho sobre a formulação da PE do presente governo pela corrente autonomista do Ministério das Relações Exteriores. Isso seria um fator importante para haver hoje uma busca de liderança internacional, como nas pretensões ao CSONU.

Contrapondo a análise acadêmica ao discurso oficial, percebemos que eles são bastante convergentes. Os autores aqui analisados parecem não só apoiar o posicionamento político do atual governo, como partilhar das definições da PE que a presidência da república e o Itamaraty expõem. Desse modo, podemos destacar alguns objetivos e guias de ação que parecem formar os eixos centrais da PE do governo Lula: a) **desenvolvimento sócio-econômico nacional** (onde se enquadram a busca por novos mercados para exportações e parcerias para novas tecnologias), b) **priorização das relações com outros países sul-americanos** (especialmente o Mercosul), c) **fortalecimento do multilateralismo** (pela democratização de fóruns e criação de grupos multilaterais) e d) **fortalecimento político global do Brasil** (dando-lhe posições de maior relevo para contribuir para a ordem internacional). Podemos perceber que dentro desses objetivos podem ser distribuídas diversas ações tomadas pelo governo Lula. Por exemplo, dentro da busca por mais mercados, está o renascimento da política africana; dentro do fortalecimento do multilateralismo e da busca por fortalecimento político global está a reforma da ONU, em especial do CSONU; dentro do multilateralismo, está a atuação do G-20 e a ênfase em cooperações sul-sul. Desse modo, no restante do trabalho será analisado como o IBAS encaixa-se nos eixos identificados na PE do governo Lula. Dentro dos objetivos acima expostos, apenas não serão analisadas possíveis relações entre o IBAS e o fortalecimento dos relacionamentos do Brasil com a América do Sul, já os objetivos do fórum são essencialmente extra-regionais, pelo próprio princípio da sua constituição, e então possíveis relações entre o fortalecimento das relações do Brasil com vizinhos sul-

americanos e o IBAS podem ser apenas marginais. Assim, os próximos capítulos tratam da relevância dos relacionamentos intragrupal e externo ao IBAS para a PE brasileira no governo Lula considerando seus eixos de: **desenvolvimento sócio-econômico nacional, fortalecimento do multilateralismo e fortalecimento político global do Brasil.**

RELACIONAMENTO INTRAGRUPO

O relacionamento intragrupo no IBAS ocorre em áreas de cooperação diversas. A primeira sessão desse capítulo trata das cooperações dentro do IBAS – como os GTs – adotando perspectiva do Brasil. A segunda parte trata do comércio e investimentos do Brasil com África do Sul e Índia.

Cooperações Internas

O IBAS identificou setores em que há interesse em aprofundar a cooperação. Para sua execução, eles estão divididos em GTs, instituídos pelas Comissões Mistas em 2004 na reunião de Nova Délhi. Na mesma oportunidade criou-se um Plano de Ação, que delineou as principais áreas de cooperação. Atualmente há 16 GTs¹⁴: 1) agricultura, 2) cultura, 3) defesa, 4) educação, 5) energia, 6) meio-ambiente e mudanças climáticas, 7) saúde, 8) assentamentos humanos, 9) sociedade da informação, 10) administração pública, 11) administração tributária e aduaneira, 12) C&T, 13) desenvolvimento social, 14) comércio e investimentos, 15) transportes e 16) turismo¹⁵. Note-se que em sua maioria eles tratam de temas ligados ao desenvolvimento sócio-econômico. Passa-se agora à análise dos GTs tidos como mais relevantes, sendo sua escolha devida ao progresso em seus trabalhos, à priorização e à ênfase que os dirigentes do próprio IBAS dão a cada um deles e à atenção que autores dão-lhes no estudo do fórum. Uma descrição panorâmica de todos os GTs pode ser encontrada no Anexo I deste trabalho.

O primeiro setor a ser destacado é o de C&T, ressaltando que já havia acordos de cooperação bilateral anteriormente ao IBAS. As áreas reconhecidas como potencial são bastante amplas, incluindo: biotecnologia, nanotecnologia,

¹⁴ Fonte: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1959&Itemid=1564

¹⁵ Há uma proposta brasileira para a criação de GTs de: 17) questões de gênero (mulher), 18) pequenos negócios, 19) cooperação sindical, 20) sistemas carcerários, 21) obras públicas e infraestrutura, 22) relações federativas, 23) temas florestais, 24) desarmamento e não-proliferação, 25) propriedade intelectual.

energias renováveis, astronomia e astrofísica, meteorologia e mudanças climáticas, oceanografia e pesquisa antártida, pesca, conhecimento tradicional e tecnologia da informação (TI). A ampla gama de assuntos abordados implica uma sobreposição de temas, sendo que esse setor realiza pesquisas em assuntos presentes também em outros GTs. Então C&T é uma das áreas mais priorizadas, já que é estratégica, tendendo a contribuir para o desenvolvimento nacional e evitando a dependência externa em questões de tecnologia. O trabalho em conjunto nesse setor ajuda a contornar o problema de recursos limitados para investir que atinge os países em desenvolvimento. Desse modo, a cooperação oferece uma oportunidade de desenvolverem pesquisas e tecnologias independentemente, mas não sozinhos. Nesse âmbito, há hoje um estudo para criar um fundo que financie os projetos em conjunto, contando com US\$ 1 milhão de cada membro¹⁶.

Entre os projetos em comum está a vinda em 2003 de uma delegação científica e tecnológica sul-africana ao Brasil, em visita a instituições de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) brasileiras, seguida por uma visita de uma delegação brasileira do mesmo tipo à África do Sul um ano depois. Outro exemplo é a proposta da Índia de criar dois centros de estudos em ciências e engenharia da computação no Brasil e na África do Sul (tratado no GT de Educação). Essa iniciativa trabalha com um setor bastante estratégico no qual há possibilidades de cooperação e aprendizado para o Brasil, como em Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC), no qual há primazia internacional da Índia, que realizou altos investimentos públicos na criação de faculdades e na formação de profissionais qualificados em TIC. A Índia é atualmente um grande centro de *outsourcing* na produção de software para empresas estrangeiras (focado em programação com baixo nível de inovação e de dificuldade) e produção de *software* para exportação – 90% da produção de *software* indiano é exportada¹⁷. As grandes vantagens dos profissionais indianos são suas boa qualificação e remuneração baixa. Conforme argumenta Marcos Costa Lima (2009), a indústria de *software* no Brasil tem modelo bastante diverso e não é complementar à indiana, sendo principalmente voltada ao mercado doméstico. No entanto, a demanda brasileira por profissionais vem crescendo anualmente e não é acompanhada em ritmo pela formação de novos profissionais. Então o Brasil pode

¹⁶ FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL, 2007a.

¹⁷ LIMA, 2009

aprender com o modelo indiano para ampliar a formação de programadores e também beneficiar-se com programas de intercâmbio. Avanços nessa área junto à Índia são viáveis, já que os dois países não são competidores diretos em TIC. Além disso, há possibilidades de cooperação no setor privado, ou mesmo para fins específicos. Nessa linha, Lima (2009) destaca que os investimentos indianos em TIC no Brasil cresceram, por exemplo: a Encore Software – que firmou parceria com a brasileira RF Telavo para produzir no Brasil um modelo de computador para fins educacionais de baixo custo -; a Tata Consultancy (TCS), cuja renda vem em grande parte da prestação de serviços a empresas ocidentais e que tem cerca de um terço dos seus empregados no exterior. A TCS tem ampliado as contratações no Brasil, passando de 300 pessoas em 2005 para cerca de 1,5 mil em 2007, com perspectivas de aumento nos próximos anos. Com a análise dos trabalhos do GT de C&T nota-se que ele vai ao encontro do eixo da PE de desenvolvimento sócio-econômico, dando ênfase a áreas de pesquisa e da indústria que são centrais para a economia nacional. Nesse sentido, no longo prazo, ele colabora para uma ascensão do Brasil no sistema internacional, pois trata de áreas que se não desenvolvidas com mais profundidade podem acarretar dependência externa.

Não obstante, há argumentos de que os avanços ainda são lentos, principalmente em P&D conjunto. Essa é a posição de Robert Keith Campbell, que identifica a causa do problema como falta de coordenação doméstica dos membros (já que os MREs coordenam a parceria, mas não executam os projetos) e também devido às diferenças nas estruturas que os três têm na área, principalmente em instituições de pesquisa.

Outro GT que vale analisar é o de Defesa. Esse foi um dos setores que teve os trabalhos mais rápidos no início do IBAS e que muitos autores argumentam ser de alto potencial para cooperação. Conforme Alcides Vaz (2006), Eugenio Diniz (2006) e Marco Cepik (2009), a segurança ganhou mais atenção do governo brasileiro recentemente, com o reconhecimento de que a inexistência de inimigos externos não significa estabilidade. Assim, diversas questões foram trazidas para o centro das preocupações nacionais em defesa, como: terrorismo, instabilidade na região andina, manutenção das linhas de comunicação no Atlântico Sul, controle de cargas tóxicas e radioativas, combate ao tráfico de armas e ao narcótico e proteção

do petróleo e dos fluxos comerciais brasileiros no Atlântico Sul¹⁸ (VAZ, 2006 e DINIZ, 2007). Além disso, em 2005, foi lançada a nova Política de Defesa Nacional¹⁹, que foca em: desarmamento, participação em missões de paz, fomento da paz no Atlântico Sul, intercâmbio com as forças armadas de países amigos e busca de oportunidades de desenvolvimento tecnológico para minimizar dependência externa. A mesma define como entorno estratégico brasileiro a América do Sul, o Atlântico Sul e a Costa Oeste da África e acrescenta como prioritários os países da CPLP. Vaz (2006) ressalta que o IBAS está de acordo com os três vetores principais da nova política de defesa: manter segurança e linhas de comunicação no Atlântico Sul, buscar oportunidades comerciais para a indústria de defesa e buscar desenvolvimento tecnológico, para garantir uma oferta estável e previsível de recursos na área. Nota-se a importância da cooperação nesse setor com a África do Sul, já que ambos têm interesses semelhantes na área.

Nesse sentido, encaixa-se o argumento de Diniz de que a formação de alianças em defesa é esperada quando os Estados são potências regionais em regiões diversas, mas com preocupações semelhantes, como a proteção de um oceano, por exemplo. Fica então claro interesse em cooperar no âmbito dos oceanos Atlântico e Índico, ambos com relevante dimensão geoestratégica. A sua importância cresceu recentemente com a descoberta de recursos energéticos como gás e petróleo, especialmente nas costas brasileira e africana, como o Pré-Sal. Assim, faz-se necessário aumentar a segurança regional para afirmar a soberania desses Estados sobre os recursos, evitando a militarização da área por potências extra-regionais, o que comprometeria o aproveitamento dos mesmos pelos membros do IBAS. Para o Brasil, essa questão é prioritária, visto que 80% do seu petróleo é extraído do mar territorial²⁰. Soma-se a isso, a questão do transporte. A posição geográfica da África do Sul torna-se mais estratégica com o aumento dos fluxos entre América do Sul, África e Ásia, potencializado pela projeção de potências como Brasil, China e Índia para essas regiões. No caso do Brasil, a utilização do Cabo da Boa Esperança evita que ele precise passar pelo Oceano Pacífico, controlado pelos EUA, ou pelo Canal do Panamá, já saturado. Além disso, a utilização do Canal de

¹⁸ Equivalentes a 95% dos fluxos de comércio nacionais.

¹⁹ No entanto, ela não representa rompimento com a política de defesa nacional de 1996.

²⁰ DINIZ, 2006

Suez atualmente está dificultada pelo aumento do porte das embarcações (já muito grandes e pesadas para o mesmo) e pelo perigo da pirataria na costa da Somália. Esses fatores contribuíram para que o número de petroleiros passando pelo Cabo da Boa Esperança subisse de 30 a 50 por mês há uma década para 90 a 100 por mês atualmente (VISENTINI, trabalho não publicado).

Quanto às capacidades no setor, entre os membros do IBAS, o Brasil aparece em segundo nos gastos de defesa – atrás da Índia -, mas em primeiro nos gastos por membro das Forças Armadas. Porém, 80% do valor gasto pelo Brasil vai para soldos, pensões e dívidas, diferente de Índia e África do Sul. Assim, há pouco investimento na manutenção e modernização dos equipamentos, contribuindo para que o Brasil seja o país do grupo com as Forças Armadas mais defasadas. A situação é muito grave na marinha, que parece ineficiente mesmo frente às forças sul-americanas, devido não só à defasagem dos armamentos, mas à sua falta de manutenção (CEPIK, 2009). Cepik (2009) e Diniz (2006) concordam que a única área em que o Brasil tem condições melhores é a aeronáutica, sendo a indústria brasileira de defesa praticamente reduzida à EMBRAER, que, porém, depende da importação de componentes, principalmente dos EUA. Diferentemente, Índia e África do Sul têm a produções mais desenvolvidas, a primeira tendo uma indústria própria de defesa e exportando, mas sendo dependente da Rússia. Já a segunda tem uma indústria ampla, com: veículos sobre rodas, sensores, artilharia, munição e possibilidade de adaptação de sistemas para as necessidades de outros países e uma política governamental que proíbe a venda para países em conflito, precisando de novos clientes. Desse modo, o Brasil poderia beneficiar-se de cooperação com ambos, somando-se ao comércio possibilidades de: manutenção da infra-estrutura, recursos humanos, treinamento e atuação conjunta em missões de paz. Além disso, como as compras de defesa sempre envolvem um componente político, o estreitamento das relações entre esses países dentro do IBAS pode facilitar o processo.

Mesmo assim, os avanços têm sido menores do que o esperado, não indo muito além da assinatura do Acordo de Defesa Brasil-África do Sul, em 2003, da proposta de criação do Comitê Conjunto de Defesa Indo-Brasileiro em 2007 e da realização da Primeira Reunião do Diálogo Estratégico Brasil-Índia, no mesmo ano.

Um dos motivos do progresso lento pode vir da Índia, que está em uma região muito instável, o que limita os recursos que ela pode investir na cooperação. Como esse é o país com maior capacidade bélica do grupo, isso tende a ser um grande empecilho. Por outro lado, o Brasil vem utilizando uma abordagem incomum na área de defesa, focando-se mais no *soft power* e na diplomacia para resolver questões do gênero. Então seu interesse no grupo pode vir muito mais da possibilidade de alinhamento com outros países com posições semelhantes em fóruns multilaterais (aqui muito mais a África do Sul), do que da compra e desenvolvimento de armamentos, por exemplo, o que pode ser percebido como falta de iniciativas por alguns autores (VAZ, 2006).

Outro setor que merece atenção é o de meio-ambiente e mudança climática, mais pela singularidade da ênfase trabalhada. O discurso do IBAS sobre o assunto acaba inevitavelmente no desenvolvimento sustentável. Ao mesmo tempo em que as declarações visam coordenar os três em fóruns multilaterais nesses tópicos, elas apoiam explicitamente a Agenda 21 e o Plano de Implementação de Joanesburgo²¹, relacionando a necessidade de assegurar que o desenvolvimento não prejudicará o meio-ambiente, e pedem que terceiros países sigam o Protocolo de Quioto. O discurso reivindica apoio dos países desenvolvidos aos países em desenvolvimento – especialmente os menos desenvolvidos – para dar-se uma transferência financeira e tecnológica que permita o processo. Seguindo nessa linha, a questão aparece ao lado dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, defendendo a necessidade do desenvolvimento (sustentável) para a erradicação da pobreza, ponto em que se ressalta a necessidade de cooperação sul-sul, mas também norte-sul, para atingi-los. Esse discurso está próximo de uma linha brasileira já conhecida de defesa da possibilidade de desenvolvimento sem prejudicar o meio-ambiente. A ela, une-se a linha bem específica do governo atual, com ênfase em direitos humanos, focando-se no combate internacional à pobreza e à fome²². Além disso, ela obviamente vai ao encontro do eixo da PE que busca o desenvolvimento sócio-econômico nacional, pois enfatiza a necessidade de desenvolvimento ao mesmo tempo em que defende o país de possíveis críticas focadas na ameaça ao meio-ambiente.

²¹ Plan of Implementation of the World Summit on Sustainable Development em Joanesburgo.

²² AMORIM, 2004

Talvez o GT que tenha recebido mais ênfase desde a formação do IBAS, seja o de transportes. Ele tem grande relevância devido à distância geográfica entre os membros do fórum, problema ainda mais fundamental quando considerados os esforços comerciais e de criação de uma Zona de Livre-Comércio do IBAS. Assim, vem-se trabalhando com transportes aéreos e marítimos, com objetivos de aumentar as conexões entre os três países e facilitar as viagens²³ e facilitar o transporte de carga e o fluxo de pessoas – usando-se inclusive acordos bilaterais. As duas áreas são muito relevantes, com objetivos diversos. Alguns são mais gerais, como a aproximação e conhecimento das populações, o que é potencializado por intercâmbios, colaboração em pesquisas e participação conjunta em seminários e outros eventos. E outros são mais concretos, como comércio, investimento e turismo. De todo modo, os transportes possibilitam a intensificação dos fluxos entre os três continentes e a interação entre os espaços regionais, que têm grande importância geoestratégica para os membros, contribuindo para a consolidação de um sistema de comércio intra-regional unindo Atlântico Sul e Oceano Índico. Isso daria novo peso para esses países em um sistema internacional multipolar, pela união geopolítica e econômica do hemisfério sul, o que Francis Kornegay (2006) chama de reunificação da Gondwana²⁴. Assim, um trabalho nessa esfera revela-se muito estratégico e pragmático, buscando bases para consolidar a aproximação dos três países no médio prazo. Além dos transportes, o IBAS discute projetos conjuntos em infra-estrutura, como: construção, estradas, rodovias, aeroportos, portos e energia, telecomunicações e internet.

O último grupo de trabalho ao qual se dará destaque é o de Comércio e Investimentos, explorado na última sessão deste capítulo. No entanto, antes eu gostaria de enfatizar algumas características da colaboração do IBAS que não se encaixam necessariamente em nenhum GT ou que são gerais para vários deles.

Primeiramente destaca-se a atuação do IBAS quanto a questões de propriedade intelectual, discutindo a sua posição quanto os *Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights* (TRIPS). Os três membros do IBAS são também fundadores do *Group of Like Minded Megadiverse Countries* (LMMCs) e defendem

²³ A reunião desse GT no Rio de Janeiro teve presença de AIR INDIA, VARIG e SAA.

²⁴ Supercontinente que unia América do Sul, África e subcontinente indiano.

os direitos dos países de origem em casos de patentes de conhecimento tradicional e de recursos biológicos, propondo que haja uma divisão igualitária de benefícios em questões de utilização de recursos genéticos. Eles defendem também que os TRIPS não devem proibir os membros de tomarem medidas para a saúde pública (caso bastante conhecido do Brasil com a questão de patentes de remédios para HIV/AIDS). Desse modo, a colaboração no IBAS quanto aos TRIPS revela o interesse de prevenir que outros países apropriem-se legalmente de seus recursos naturais, uma preocupação recorrente do Brasil. Eles também defendem o direito a controlar crises na saúde acima do direito comercial de fabricantes de remédios, outro ponto em que a atuação brasileira está bem sedimentada.

Além disso, os dirigentes do IBAS têm mostrado preocupação com que o fórum transcenda a esfera governamental, fomentando a cooperação e o diálogo entre diversos atores da sociedade. Assim, destacamos a criação de fóruns e seminários entre Índia, Brasil e África do Sul com a intenção de aproximar intelectuais e instituições. Exemplos são os Fóruns de: Mulheres, Parlamentares, Empresários e Editores e Eventos Culturais. O Fórum de Empresários, por exemplo, tem o objetivo de aproximar as comunidades do gênero dos três países a fim de criar laços de cooperação entre as mesmas, o que deve contribuir para um aumento dos negócios. Ele tem a vantagem de promover a participação setor privado em algumas negociações de aproximação comercial e econômica do grupo, como ocorreu na I Cúpula do IBAS, em 2006, paralelo à qual houve um encontro daquele fórum, seguido por diálogo entre empresários e autoridades, o que dá espaço para um ponto de vista amplo nas negociações e contribui para que os acordos criados no IBAS tenham maior apoio do setor privado, o que deve facilitar a sua implementação.

Além disso, houve a criação de seminários, com a intenção de aproximar intelectuais e instituições²⁵. Os seminários já são bastante numerosos e contam com diversas áreas de atuação, tendo sido realizados nove em 2008 e mais quatro em 2009²⁶. Alguns exemplos são Seminários: sobre Governança Eletrônica, sobre Vacinas Anti-HIV/AIDS, para Operadores de Turismo, sobre Sistema de

²⁵ MOURA, 2009

²⁶ Fonte: www.mre.gov.br

Conhecimentos Nativos e de Acadêmicos. Nesses se nota a intenção de promover uma troca de idéias e aproximação nesses setores. Também foram realizados outros encontros variados, por exemplo: Reunião Trilateral de Representantes dos Programas Antárticos, Reunião de Autoridades Aeronáuticas, II Encontro dos Diretores das Academias Diplomáticas, Festival Gastronômico do IBAS e Encontro Técnico sobre Preços de Transferência, além da Entrega do prêmio de Inclusão Digital do IBAS.

Destacam-se ainda os eventos culturais realizados paralelos à II Cúpula de Joanesburgo, em 2007, e o Festival de Música e Dança do IBAS, realizado em Salvador no mesmo ano. Conforme destaca Gilberto Moura (2009, pág. 4), esses têm a intenção de *“ampliar o conhecimento mútuo e difundir as muitas afinidades existentes, ademais de criar vínculos de amizade e de saudável cumplicidade”*. Assim, Moura aborda a importância de conhecimento e confiança mútuos para implementar cooperações de sucesso – princípio que pode também ser utilizado nos níveis políticos e econômicos. Vê-se aqui um outro lado, talvez menos concreto, das iniciativas de aproximação em setores diversos da sociedade criadas pelo IBAS, já que a cooperação pode ser melhorada e acelerada pelo maior conhecimento entre os atores em aspectos variados das suas culturas. Um outro olhar sobre essa questão, sobre o ângulo apenas empresarial, pode ser dado pela teoria de internacionalização de empresas da Escola de Uppsala que, apesar de não ter a intenção de ser aplicada para fóruns como o IBAS, mostra-nos como as empresas preferem começar a sua expansão por países geograficamente próximos e com os quais possuem uma identidade cultural maior. Sabe-se que Índia, Brasil e África do Sul não são geograficamente próximos e não têm uma vasta cultura em comum. Desse modo, a criação de meios de interação e de conhecimento mútuo pode beneficiar a cooperação, já que, ao menos em parte, a falta de proximidade original poderia ser compensada com a construção de conhecimento e entendimento mútuos, o que, por exemplo, tenderia a tornar mais fáceis as trocas comerciais e os investimentos, para trazer-nos mais próximos ao exemplo da Escola de Uppsala (JOHANSON e WIEDERSHEIM-PAUL, 1999). Essa análise vai diretamente ao encontro dos resultados da pesquisa de Mills Soko com empresários sul-africanos, a qual revela haver para os entrevistados grande distância psicológica entre África do

Sul e Brasil. Alguns detalhes desses resultados serão aprofundados na sessão a seguir.

Comércio e Investimentos

Os avanços das relações comerciais entre os três membros do IBAS são de grande importância, pois remonta um objetivo bastante pragmático da cooperação sul-sul. Como Zelia Campbell (2009) e Gilberto Moura (2009) expõem, desde o início da década de 1990 ficou claro para os países em desenvolvimento que eles não poderiam depender dos fluxos tradicionais de comércio, ou seja, das relações com os países desenvolvidos para terem crescimento comercial. Assim, esses países começaram a enxergar como necessário unir-se em blocos comerciais entre eles para diminuir a sua dependência. Essas relações são também importantes porque se trata de países com posicionamento estratégico em seus subcontinentes e que têm PIBs em Paridade de Poder de Compra (PPP) somados próximos a US\$ 5 trilhões²⁷. Além disso, para o Brasil as parcerias com os membros do IBAS são bastante importantes, pois a África do Sul é o principal destino das exportações brasileiras no continente africano e a Índia é o quarto parceiro comercial do Brasil na Ásia, apesar de ainda haver problemas para exportações devido a mudanças na disposição da Índia de abrir seu mercado²⁸. Conforme expõe Mills Soko (2006a), a participação dos países em desenvolvimento no comércio internacional vem crescendo, chegando a 32% do volume total de 2004, sendo que 41% das exportações dos países em desenvolvimento foram para outros países em desenvolvimento. Por esse avanço, a maior responsável foi a Ásia, contando com 2/3 do total, mas a participação da América Latina vem crescendo, restando apenas a África sem ser beneficiada significativamente pelo fato. Porém, Soko (2006a) ressalva que apesar de a integração entre essas nações ter sido facilitada pela liberalização intra-regional, deve-se lembrar que a dominância permanece sendo do comércio norte-sul, devido a uma falta de complementaridade no sul. Mesmo assim,

²⁷ CAMPBELL, Zélia, 2009.

²⁸ MOURA, 2009.

a complementaridade com o sul e a relevância das relações desse tipo têm aumentado para o Brasil com a mudança do perfil de suas exportações, já que nosso país começa a exportar tecnologia e capital e a ser competitivo nas exportações de produtos primários, manufaturas e serviços (VISENTINI, trabalho não publicado).

A partir desses fatos, percebe-se que nessa área há forte relação do IBAS com o eixo de desenvolvimento sócio-econômico nacional da PE de Lula, principalmente no que diz respeito à busca por novos mercados para as exportações brasileiras. Ela demonstra uma ação pró-ativa do Itamaraty para encontrar outros parceiros comerciais para o Brasil, fugindo do tradicional comércio com o norte e fortalecendo relações com outros países em desenvolvimento. Porém, deve-se ressaltar que o IBAS não é uma iniciativa centralmente comercial, mas sim política. Segundo, João Genésio de Almeida Filho (2009), o comércio seria uma maneira de sedimentar a aliança no IBAS. Mills Soko (2006a) argumenta na mesma linha dizendo que o comércio é também uma maneira de aprofundar laços políticos. O tema das relações comerciais foi trabalhado desde o início do IBAS - com meta de comércio entre os membros fixada em US\$ 10 bilhões até 2007, partindo de US\$ 4,6 bilhões em 2004, mas que infelizmente não foi atingida e foi mudada para US\$ 15 bilhões até 2010. Naquele primeiro ano já se falava sobre a necessidade de fortalecer os vínculos nos setores de negócios, como com a criação da Cúpula de Empresários do IBAS. Contudo, o assunto começou a ganhar destaque somente a partir da 3ª Reunião da Comissão Mista Trilateral, no Rio de Janeiro em 2006. A partir desse momento, começam trabalhos mais concretos para facilitar a aproximação econômica entre as três nações. Discutem-se assim a necessidade de: concluir cooperações alfandegárias bilaterais, dar-se assistência às pequenas e médias empresas e auxiliar a participação recíproca dos membros do IBAS em feiras e exposições. Da mesma maneira, iniciam-se os estudos sobre uma área de livre-comércio entre Índia, Southern African Customs Union (SACU) ²⁹ e Mercosul, proposta pelo terceiro. Esse tema tem sido bastante recorrente nas declarações do fórum, recebendo destaque dos seus dirigentes nos últimos anos.

²⁹ A SACU é formada por África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia.

Quanto ao comércio entre os membros do grupo, houve crescimento nos últimos anos, mesmo anterior à assinatura dos acordos comerciais no IBAS. No entanto, é muito importante ressaltar que, apesar de a maioria dos autores concordarem em linhas gerais sobre o tema, há grande discrepância entre os dados de valores comerciais entre Índia, Brasil e África do Sul, quando consideradas as diversas fontes pesquisadas. Por esse motivo, o presente trabalho deu preferência às fontes oficiais brasileiras. Assim, de 2002 a 2007, o comércio entre Brasil e África do Sul e Brasil e Índia cresceu 185%, alcançando somados US\$ 5,4 bilhões, segundo dados de Gilberto Moura (2009)³⁰, não alcançando, no entanto, a meta para aquele ano. Apesar da meta bastante ambiciosa, o comércio entre os três países não é hoje de grande destaque. Nenhum dos membros está entre os 10 maiores parceiros comerciais de nenhum dos outros dois. Um dos motivos para isso, argumenta Rodrigues (2009), é a baixa complementaridade das economias, havendo competição entre produtos brasileiros, indianos e sul-africanos no mercado internacional. Não obstante, segundo o mesmo autor, o comércio entre eles vem crescendo desde a institucionalização do IBAS. Nesse sentido, podemos perceber os esforços feitos recentemente para aumentar o intercâmbio comercial brasileiro com esses dois países. Assim, em janeiro de 2004, foi firmado o Acordo de Comércio Preferencial (ACP) Mercosul-Índia, contendo aproximadamente 450 itens de cada uma das partes, sendo as margens de preferência concedidas pela Índia ao Mercosul concentradas na faixa de 10 e 20% (para algumas linhas tarifárias, prevê-se margem de 100%). Os principais setores incluídos pela Índia são: carnes, calçados e máquinas, aparelhos e materiais elétricos, e pelo Mercosul: produtos químicos, máquinas, produtos farmacêuticos, plásticos e borrachas. O acordo tem grande potencial para o Brasil, pois, já em 2003, o comércio bilateral entre Brasil e Índia somou aproximadamente US\$ 1,5 bilhão, com saldo positivo para o Brasil com 55% desse valor³¹. É importante também ressaltar que o próprio Itamaraty, no documento de Linhas Gerais do ACP Mercosul-Índia (2005, pág. 1) expõe que “os dispositivos contidos no referido instrumento [o acordo de comércio preferencial]

³⁰ Os dados trazidos por Zelia Campbell (2009) são de crescimento comercial entre Brasil e Índia em 380% e entre Brasil e África do Sul em 317% (atualmente US\$ 4 bilhões), desde a criação do IBAS.

³¹ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2005.

deverão facilitar as negociações subseqüentes para o estabelecimento de uma Área de Livre Comércio Mercosul - Índia”.

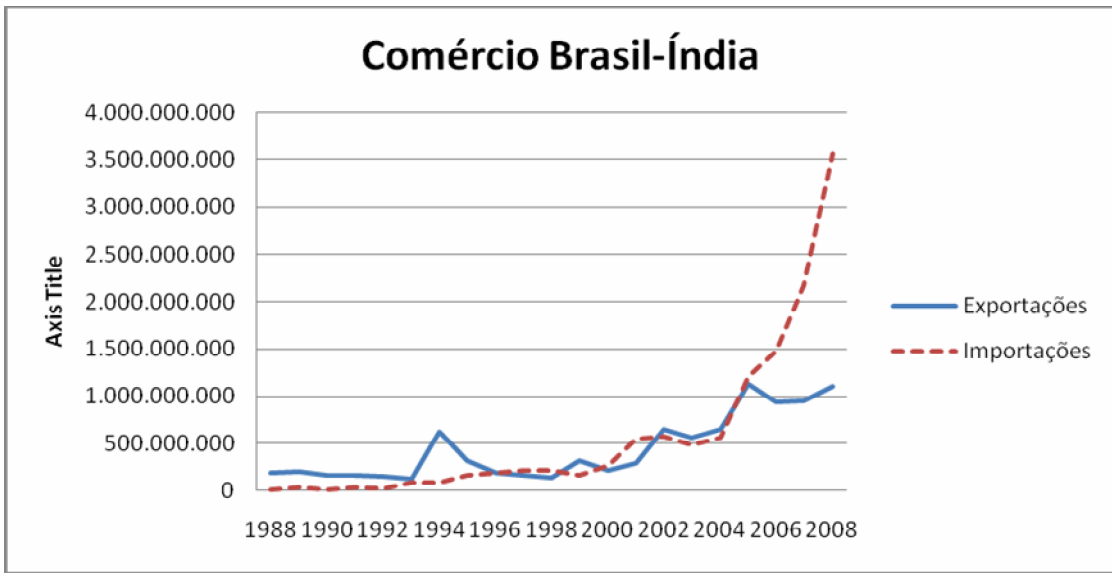
O Mercosul também possui um novo acordo de comércio preferencial com a SACU, assinado pelo primeiro em 2008 e pela segunda em 2009, mas faltando ser ratificado. As negociações já haviam começado em 2000, com a assinatura de um Acordo-Quadro entre Brasil e África do Sul, mas foram somente ampliadas para conter os dois blocos em junho de 2003, devido a uma maior institucionalização alcançada no bloco africano. As negociações comerciais fortaleceram-se em 2008, como destaca Zélia Campbell (2009), dobrando a lista de produtos sem barreiras tarifárias. No entanto, ainda há medidas protecionistas nacionais, como a exclusão da indústria automotiva pela África do Sul, que insiste em manter barreiras para não comprometer o seu *Motor Industrial Development Programme*³². Mesmo assim, ele inclui cerca de 950 itens, sendo 150 do setor de alimentos (principalmente processados) e mais de 200 itens do setor de máquinas, aparelhos e materiais elétricos. Esse acordo também é de grande importância para o Brasil já que o comércio bilateral Brasil-África do Sul (membro com 92% do PIB e 87% da população da SACU) totalizou US\$ 2,5 bilhões em 2008³³.

Sobre esse aspecto, cabe analisar a relevância do comércio com a Índia, a África do Sul e a África meridional para o Brasil.

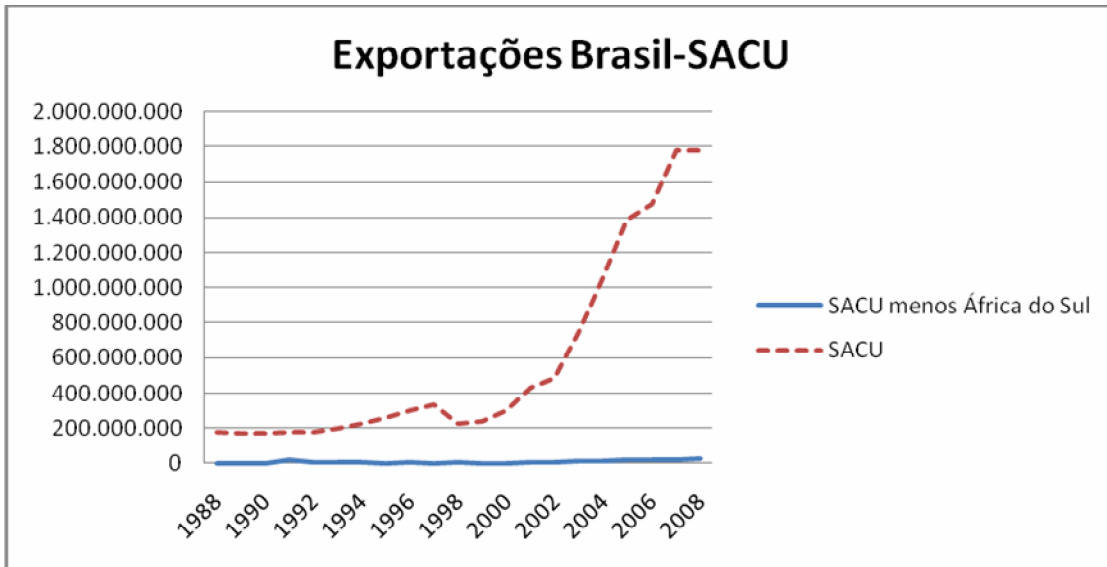
³² citado por Le Roux, Mathabo. “Trade accord boosts Latin America ties” in Business Day, 2008.

³³ Ministério das Relações Exteriores. Disponível:

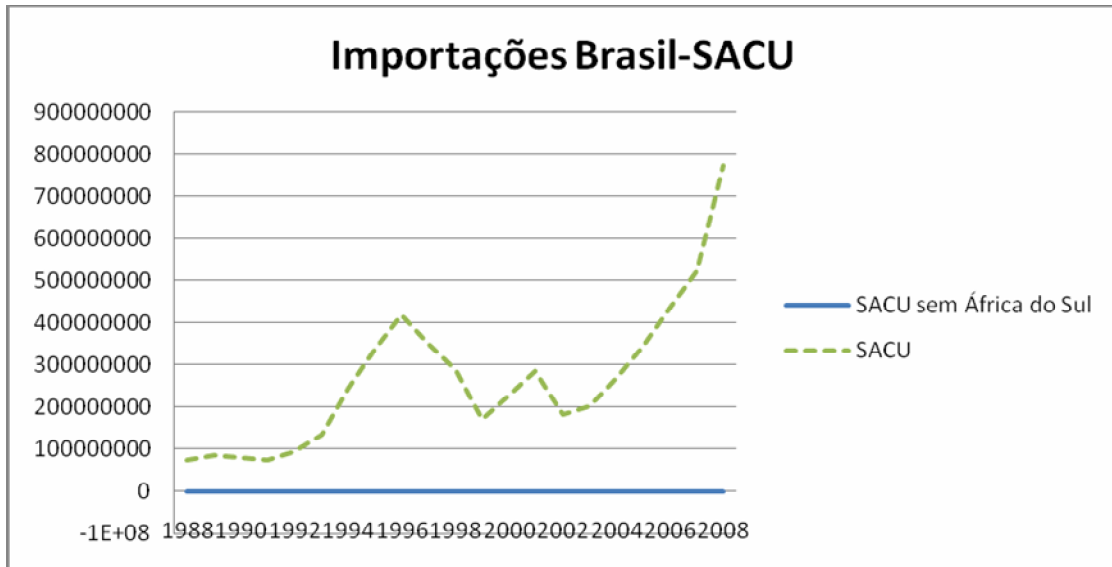
http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1396&Itemid=1307 . Acesso em 07 de outubro de 2009.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Valores em USD FOB



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Valores em USD FOB.



Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Valores em USD FOB

Através da análise dos gráficos, o primeiro fato que podemos notar é que o comércio brasileiro em nenhum dos três casos atinge valores muito altos. No gráfico de comércio com a Índia, vemos que as exportações vêm crescendo regularmente em um ritmo lento desde o final da década de 1980, tendo apenas dois choques um pouco mais acentuados (um em 1994 e outro em 2004), mas logo retomando a tendência de crescimento anterior. Por outro lado, as importações apresentaram grande aumento a partir de 2004, seguindo em um crescimento exponencial. Assim, o Brasil tinha um comércio pouco expressivo (abaixo dos US\$ 500 milhões), mas superavitário com a Índia ao longo da década de 1980, que deu lugar a um comércio igualmente inexpressivo, mas com déficits e superávits intercalando-se durante a década de 1990. No início dos anos 2000, o comércio cresce, havendo em um primeiro momento grande aumento de importações e exportações; porém, com as últimas caindo rapidamente. Já em 2008, as importações brasileiras da Índia passaram de US\$ 3,5 bilhões, um enorme contraste com os US\$ 500 milhões registrados no ano da criação do IBAS, um salto muito expressivo para cinco anos. As exportações brasileiras para a Índia também tiveram bom crescimento, passando em 2008 de US\$ 1 bilhão, mais do que o dobro registrado em 2003, mas levemente inferior ao valor registrado em 2004. Devido à coincidência temporal dos eventos, podemos supor que o aumento do comércio com a Índia deve ter sido influenciado pelo início do governo Lula, pela política decorrente de aproximação com a Índia –

por percebê-la como parceiro estratégico – e pela consolidação dessa aproximação proporcionada pelo IBAS.

Examinando as relações comerciais do Brasil com a SACU, a primeira conclusão óbvia é que o comércio do Brasil com o bloco, excluindo a África do Sul, é irrelevante, mantendo-se estático, próximo a zero, nas últimas duas décadas. O comércio com a África do Sul, por outro lado, é mais expressivo e apresentou crescimento recente. Assim, vemos que as exportações brasileiras para a África do Sul mantinham-se com uma taxa baixa de crescimento, passando a crescer mais acentuadamente a partir de 1999 e tendo um grande salto no início dos anos 2000, indo de um pouco mais de US\$ 200 milhões em 1999 para US\$ 1,8 bilhões em 2008, um crescimento expressivo para uma década. Porém, a tendência de aumento não parece ter sido muito afetada após a criação do IBAS. Podemos concluir que outros fatores foram centrais para o aumento, o que parece razoável, já que o acordo entre Mercosul e África do Sul é anterior ao IBAS. Outra possibilidade seriam mudanças internas na África do Sul, já que o início do governo de Thabo Mbeki foi justamente em 1999. Já as importações apresentam trajetória menos clara, sofrendo aumentos muito instáveis a partir de 1993; porém, logo voltando a cair e retomando o crescimento em 2002, o qual foi muito acentuado a partir de 2003. Assim, as importações da África do Sul passaram de cerca de US\$ 200 milhões em 2003 para quase US\$ 800 milhões em 2008, também um crescimento muito expressivo para cinco anos. Diferentemente do caso da Índia, o comércio com a África do Sul já era superavitário na década de 1990 e manteve-se assim após a formação do IBAS. Então, com a análise da evolução do comércio brasileiro com a África do Sul, destaca-se que ele encaixa-se no eixo da PE de Lula voltado à economia, mesmo não tendo sido iniciado pelo governo atual. Assim, parece que o aumento das importações foi mais afetado pelo governo Lula e criação do IBAS do que o aumento das exportações. Isso pode dever-se tanto a uma mudança de postura brasileira para negociar a abertura do seu mercado a produtos sul-africanos, retirando medidas protecionistas (que teria sido potencializada pela aproximação dos dois países) quanto a uma atitude pragmática brasileira no contexto da PE do atual governo vendo a parceria com a África do Sul como estratégica e acreditando que concessões comerciais podem beneficiar a aproximação.

Assim, apesar da primeira impressão de não haver valores muito altos, o crescimento das relações comerciais do Brasil com a África do Sul e com a Índia tem sido então bastante expressivo nos últimos anos, apresentando potencial para continuar crescendo e fazer com que eles tornem-se parceiros comerciais importantes do Brasil. No entanto, precisa-se analisar qual é a participação que esses dois parceiros têm no total do comércio brasileiro. Assim, as importações brasileiras da Índia, US\$ 3,5 bilhões em 2008, correspondem a 2% do total de mais de US\$ 173 bilhões que o Brasil importou no mesmo ano. Já as exportações correspondem a apenas 0,5% do total de cerca de US\$ 198 bilhões que o Brasil exportou. No caso da África do Sul, elas representam ainda menos: 0,4 % do total de importações e 0,9% do total de exportações.

A tabela a seguir traz os valores em dólares do total de exportações e importações brasileiras com alguns parceiros tradicionais – mais África do Sul e Índia – no ano de 2008.

Comércio Exterior Brasileiro em 2008 (em US\$)		
	Exportações	Importações
EUA	27.423.048.799	25.626.824.831
Argentina	17.605.620.920	13.257.932.120
Alemanha	8.850.809.527	12.025.395.819
Japão	6.114.519.602	6.806.891.705
França	4.125.539.839	4.678.175.051
Reino Unido	3.791.802.355	2.551.929.664
África do Sul	1.754.848.262	772.906.370
Índia	1.102.342.120	3.563.603.506
Total Brasileiro	197.942.442.909	173.196.633.755

Fonte: Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio. Valores em USD FOB.

Com a análise dos dados da tabela, vemos que as relações comerciais com África do Sul e Índia ainda estão muito atrás de outros parceiros, como: EUA, Argentina, Alemanha e Japão. Os EUA continuam tendo uma frente muito grande nos valores comercializados com o Brasil. A Argentina, do mesmo modo, apresenta valores muito relevantes, em ambos os casos com superávit brasileiro. No entanto, o comércio com os parceiros do IBAS começa a aproximar-se de alguns parceiros tradicionais, como França e Reino Unido. Assim, as importações da Índia já ultrapassam aquelas do Reino Unido. Semelhantemente, as exportações brasileiras para a África do Sul representaram em 2008 aproximadamente 46% das exportações para o Reino Unido e 43% das exportações para a França. As exportações para a Índia representaram no mesmo ano 29% do valor total exportado para o Reino Unido e 26% do exportado para a França. Apesar de a diferença ainda ter valor absoluto muito alto, ela não é tão grande quando consideramos o crescimento muito rápido que as relações comerciais brasileiras com Índia e África do Sul tiveram na última década. Portanto, esses dados mostram que a iniciativa comercial com os parceiros do IBAS tem de fato potencial, mas que não será uma substituição dos fluxos de comércio com parceiros tradicionais, já que, mesmo havendo a aproximação dos valores com alguns países do norte, o comércio ainda continua muito inferior ao que o Brasil tem com outros parceiros, destacadamente os EUA. Desse modo, podemos ver a ênfase da PE de Lula na diversificação de parceiros comerciais como uma maneira de contrabalançar as relações com os EUA, por exemplo, já que os fluxos comerciais brasileiros com aquele país permanecem muito elevados, o que tende a causar dependência econômica. Outra visão sobre o assunto é que a coordenação entre os três pode auxiliá-los nas exportações para EUA e UE, controlando o excesso de oferta de alguns produtos. Com isso, a coordenação evitaria que eles precisassem competir entre si pelos mercados desenvolvidos e perder rendimentos. Além disso, com o alto crescimento recente das relações comerciais com Índia e África do Sul, esses dois países parecem ser boas opções para diversificação e espera-se que o esforço político que está ocorrendo colabore para o aumento das relações comerciais.

Contudo, se África do Sul e Índia parecem bons parceiros comerciais para o Brasil, o mesmo não é verdade com os outros membros da SACU. Analisando as trocas comerciais do Brasil com qualquer um dos outros membros daquele bloco,

percebemos que elas são esporádicas e de valor muito baixo, não podendo representar opções viáveis de diversificação comercial. Portanto, podemos analisar o acordo Mercosul-SACU sob uma luz política. Nesse sentido, há a possibilidade de ele ser interessante para o Brasil dentro de sua política africana, apesar da expressão reduzida de alguns dos seus membros³⁴. Porém, é mais provável supor que se trata de uma iniciativa política da África do Sul, da qual o Brasil faz parte para fortalecer as suas relações com esta última. Seria uma utilização das posições de relevância de Brasil e África do Sul em suas porções continentais para fortalecer as suas políticas regionais a partir de um favorecimento da integração comercial dos blocos. Isso pode ser percebido, por exemplo, no argumento de que o Mercosul atuou de forma coordenada para obter vantagens para Paraguai e Uruguai, as menores economias do bloco³⁵. Essa linha também justificaria a ausência da *South Asian Association for Regional Cooperation* (SAARC) nas negociações, já que esse é um arranjo muito menos institucionalizado e com processo de integração muito mais lento e bastante complexo, pois a Índia mantém com o seu entorno relações bastante diversas daquelas que o Brasil e a África do Sul sustentam, tendo a primeira relações muito mais tensas no sul da Ásia, com grandes preocupações de segurança para a região e precisando lidar inclusive com o rival Paquistão dentro do bloco, o que podemos perceber nas análises que Buzan e Weaver (2003) e Cepik (2009) fazem das três regiões, delimitadas por RSCs.

No que tange os acordos do Mercosul com SACU e Índia, a sua importância aumenta com a nota de imprensa em que o Itamaraty declara que *“juntamente com o ACP Mercosul-Índia, o ACP Mercosul-SACU dá seguimento a processo gradual de criação de bases para a futura negociação de entendimento comercial trilateral Mercosul-Índia-SACU”* (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, pág. 1, 2009), trazendo implicitamente o IBAS e explicitando a intenção de criar uma zona de livre-comércio (ZLC) entre os países do fórum, incluindo os respectivos blocos regionais de Brasil e África do Sul, o que está atualmente em estudo dentro do IBAS. Essa ZLC teria grande importância, pois seria a maior do mundo em

³⁴ Entre os membros da SACU, o Brasil tem embaixadas atualmente na África do Sul, na Namíbia e em Botsuana, mas não no Lesoto e na Suazilândia.

³⁵ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2009.

desenvolvimento, composta por um bilhão e meio de pessoas e com um PIB somado de mais de US\$ 2 trilhões. Ela teria grande potencial também pelo dinamismo dos setores privados, pela crescente capacitação tecnológica, pelas posições-chave nos continentes e pelas políticas voltadas para desenvolvimento social e econômico vistas nas partes. Além disso, os três membros do IBAS têm setores produtivos complementares e há a possibilidade de haver integração em algumas áreas para concorrer em terceiros mercados. Desse modo, para o Itamaraty a aproximação comercial dos países do IBAS “... *corresponde à necessidade muito presente de formação de novas alianças comerciais, indispensáveis aos projetos de desenvolvimento e ao elevado perfil internacional dos países envolvidos*” (MOURA, pág. 15, 2009).

Há também movimentos de internacionalização de empresas dos três países. Entre grandes empresas brasileiras, podemos citar várias que têm empreendimentos na Índia e na África do Sul, porém, esse processo não se iniciou após a criação do IBAS. Os investimentos brasileiros na África do Sul, por exemplo, começaram após a eleição de Nelson Mandela³⁶. Segundo Gilberto Moura (2009), a Vale tem empreendimentos em mineração na África do Sul, ao mesmo tempo em que a EMBRAER estuda consórcio com empresas aeronáuticas daquele país. A EMBRAER também já está presente no mercado indiano. Outro exemplo é a Marcopolo, que também tem investimentos na África do Sul e uma *joint-venture* com um grupo indiano. Outra empresa brasileira presente na Índia é a Petrobrás. Ela tem um acordo com a petrolífera estatal indiana para exploração de águas profundas. Nesse ponto, Visentini (trabalho não publicado) destaca a importância de o Brasil abrir espaço para seus investimentos no continente africano, já que é um dos poucos locais ainda abertos para investimentos em recursos estratégicos como petróleo, gás e minerais. Esse fato insere-se em um contexto de reconfiguração da segurança energética internacional, o que aumenta a disputa entre potências pelos recursos africanos e a importância geopolítica do continente (KORNEGAY, 2006). Considerando-se investimentos estrangeiros no Brasil, há empresas indianas das áreas: farmacêutica, petroquímica e química, engenharia, TI e petróleo e gás começando empreendimentos no país. Os investimentos sul-africanos ainda são

³⁶ MOURA, 2009.

menos expressivos, mas as empresas já são em grande número, sendo alguns exemplos: Sappi Trading do Brasil, Banco Standard de Investimentos AS, AngloGold, Safmarine Anglo American Brasil, Alexander Forbes Financial Services, Dex Brasil, Datacraft do Brasil, Barham Financial Services, Macsteel Internacional, NOSA, Banco Standard de Investimentos AS e Volcano Agrosience (SOKO, 2006a).

Para ampliar os investimentos entre os membros do IBAS é preciso que o fórum haja diretamente junto aos empresários, não apenas fomentando o investimento, mas também os auxiliando. Essa conclusão pode ser tirada a partir de dois levantamentos sobre investimentos entre Índia, Brasil e África do Sul. O primeiro deles vem das conclusões de um grupo de empresários brasileiros apresentadas à Comissão Trilateral do IBAS em 2006. Eles expressam que há diversas barreiras para as relações comerciais com África do Sul e Índia, as principais delas sendo: a) logística, b) procedimentos alfandegários, c) falta de informação e d) distância. Eles apontam para a necessidade de criar vãos unindo os três países e de diminuir as barreiras culturais. As sugestões para melhorar a situação são: cooperação governamental em procedimentos alfandegários, criando processos mais unificados, criação websites e revistas para supri-los de informação e fortalecimento direto da área econômica do IBAS através de acordos comerciais.

O segundo levantamento é uma pesquisa conduzida por Mills Soko (2006a) com empresários sul-africanos sobre as suas intenções de investir no Brasil e na Índia³⁷. Assim, eles dizem-se interessados em investir no Brasil, pelo tamanho do seu mercado doméstico, mas também por considerá-lo uma porta de entrada para outros países sul-americanos. Não obstante, eles percebem o mercado brasileiro como arriscado e ressaltam diversos problemas para realizar investimentos no país, sendo eles: 1) medidas protecionistas adotadas pelo governo brasileiro, 2) problemas relativos à estrutura interna do país – como número elevado de leis e regras regulando os investimentos, proteção insuficiente à propriedade intelectual e mesmo a corrupção -, 3) barreiras culturais – idioma e cultura de negócios diferentes – e 4) logísticos – atraso em portos. Mais preocupante é o fato de alguns estarem

³⁷ Ressaltarei aqui apenas as conclusões sobre a Índia relevantes para o Brasil a título de comparação.

receosos a investir no Brasil pelos altos custos para promover a segurança adequada. Eles também ressaltaram a necessidade de um alto número de informações, relativos a várias questões legais e econômicas³⁸. Outro fato, que põe o Brasil em desvantagem, é que os empresários sul-africanos sentem a Índia psicologicamente mais próxima da África do Sul devido a ambos terem inglês como idioma oficial e leis semelhantes (inclusive quanto ao investimento externo), já que são baseadas na lei britânica. No caso dos empresários sul-africanos já investindo no Brasil, 40% declarou que as diferenças de cultura e idioma são um problema. Portanto, o interesse em investir existe, mas são necessárias diversas iniciativas para possibilitar que o setor privado o faça. Muitas das iniciativas já estão sendo executadas, como trabalhar as ligações de transporte, criar o Fórum de Empresários e a criar o GT de Administração Tributária e Aduaneira, para tornar mais próximos os procedimentos dos três países, justamente para facilitar exportação/ importação e investimentos. Contudo, deveria haver mais medidas por parte do governo brasileiro no sentido de suprir informação aos empresários de Índia e África do Sul, pois as medidas do IBAS são trilaterais, focando facilitar o investimento em todos os três países, mas os empresários sul-africanos e indianos tendem a investir mais entre aqueles dois países, já que a distância psicológica parece ser menor entre África do Sul e Índia do que entre África do Sul e Brasil e é razoável supor que a percepção dos empresários indianos nesse tema seja semelhante.

Assim, com a análise das ações intragrupo do IBAS realizadas nesse capítulo, concluímos primeiramente que elas têm forte relação com o eixo de desenvolvimento sócio-econômico nacional da PE de Lula. Um dos focos da cooperação entre Índia, Brasil e África do Sul é o de estabelecer meios de pesquisa e troca de experiências em áreas diversas - mas muito centradas em questões de C&T – que têm grande potencial de contribuir para o desenvolvimento nacional. Há também cooperações em educação, assentamentos humanos e inclusão digital que ajudam o desenvolvimento social do país. O outro foco é o econômico, com grande ênfase comercial. Esse vai ao encontro do papel dado ao Itamaraty na busca por novos mercados para os produtos brasileiros. Ele é bastante pragmático e une a

³⁸ As principais informações citadas são: preço da mão-de-obra, seguros, viagens, alugueis, transporte, requerimentos para começar e terminar um negócio, crédito e taxas de câmbio.

economia e a política, o que facilita as negociações comerciais para conquistar novos mercados e promover investimentos, ao mesmo tempo em que solidifica a aliança política.

Contudo, de uma maneira mais sutil, o relacionamento intragrupo tem uma dimensão geopolítica relacionada ao eixo de fortalecimento político global do Brasil, pois as ações na esfera econômica e científica servem de suporte para solidificar a união entre esses espaços e garantir o controle sobre seus recursos energéticos e minerais, o que é importante para essas potências regionais conquistarem maior *status* internacional em um sistema multipolar. No caso desses países, e principalmente para o Brasil, isso está fortemente ligado ao aumento de suas capacidades de defesa marítima, já que o hemisfério sul é coberto majoritariamente por água, fazendo-se necessários o aumento dos fluxos entre esses continentes, a proteção dos seus mares territoriais e, no médio prazo, a proteção da Antártida, pois as pressões internacionais pela exploração dos recursos daquele continente tendem a aumentar. Assim, cooperação interna ao IBAS é essencial para fundamentar as ambições políticas dos seus membros no cenário internacional, provendo-os de recursos para conquistá-las. O modo como os três países trabalham a ambição política no cenário internacional extra-grupo é tema abordado no próximo capítulo.

RELACIONAMENTO EXTERNO AO GRUPO

Quanto ao relacionamento externo ao IBAS, vemos que as ações nele tomadas são diversas das do relacionamento interno, tendo foco bastante explícito no fortalecimento dos fóruns multilaterais e na maior inserção do Brasil no cenário internacional, buscando mais espaço e importância política. Isso ocorre de várias maneiras, algumas fortemente relacionadas a questões econômicas e de desenvolvimento nacional – como a formação do G-20 e a atuação brasileira na Rodada Doha -, e outras com vista a um posicionamento do Brasil como potência no sistema internacional – como a candidatura brasileira a um assento permanente no CSONU. Esse capítulo trata, pela perspectiva brasileira, da ação externa do IBAS, a qual ocorre principalmente em bases multilaterais. A primeira sessão trará a atuação externa geral no cenário internacional, sendo seguida por mais sessões sobre temas específicos de destaque para a agenda brasileira.

Atuação Geral no Sistema Internacional

Diversos documentos lançados pelo IBAS trazem as posições do grupo quanto a diversos temas da agenda internacional. Primeiramente, a Declaração de Brasília cita posições alinhadas quanto a: 56ª Assembléia Mundial da Saúde, TRIPS, Convenção sobre Diversidade Biológica, Agenda 21, Cúpula do Milênio, Cúpula de Monterrey, Cúpula de Joanesburgo e Rodada Doha. Em segundo lugar, o Comunicado de Nova Iorque destaca a posição dos membros quanto à Rodada Doha, o impasse da sua reunião de Cancun e o G-20. A seguir, a Agenda de Cooperação e o Comunicado de Cidade do Cabo falam da posição do fórum quanto à reforma e democratização da ONU e realçam a importância de dar mais representatividade ao CSONU. Por último, observando as declarações das Comissões Trilaterais, podemos perceber que a lista de temas políticos – especialmente de segurança - da agenda internacional sobre os quais o IBAS pronuncia-se é extensa. Nessa esfera, aparece a questão israelo-palestina, na qual o IBAS declara apoio à criação de um Estado Palestino independente ao lado de Israel. Há também a questão do Iraque, na qual pede a estabilização e reconstrução

do país e a sua devolução aos iraquianos, com atuação conjunta da ONU e da comunidade internacional.

As declarações referentes a regiões diversas tornaram-se mais extensas a partir da 4ª Comissão Trilateral, em julho de 2007. A partir daí, aparecem o apoio e o comprometimento com o NEPAD – declarando a necessidade de infra-estrutura para desenvolvimento -; a preocupação com a estabilização e criação de um Estado forte no Afeganistão; com as tensões políticas no Líbano; com a situação de Darfur no Sudão, especialmente da população civil – destacando o apoio à atuação da UA –; com o problema com o Irã - apoiando o direito ao uso da energia nuclear para fins pacíficos – e a condenação ao terrorismo - argumentando que a comunidade internacional deve unir-se para combatê-lo. Nesta última, é interessante notar que o IBAS relaciona o terrorismo à pobreza, defendendo que a manutenção de grande número de pessoas em situação de miséria contribui para que se fortaleçam as iniciativas terroristas. Essa linha vai ao encontro do discurso do governo Lula de combate à fome e à pobreza, encontrando uma justificativa na segurança internacional para defendê-lo. O IBAS pronuncia-se ainda sobre problemas em: Guiné-Bissau, Saara Ocidental, Zimbábue, Honduras e Oriente Médio em geral, mas com menor destaque.

É importante enfatizar que em todas as declarações sobre tensões e impasses no cenário internacional o IBAS prega sua resolução com a utilização militar mínima, especialmente unilateral. Ao invés disso, o fórum defende diálogo e negociações para chegar-se a soluções e expressa a necessidade de participação da ONU, ou de outros organismos internacionais multilaterais para questões específicas, como a UA no Sudão e a Liga Árabe para a Palestina. Por exemplo, o combate ao terrorismo pelo desenvolvimento, que, além de ser bastante diferente do discurso corrente, traz uma possível solução completamente pacífica para um problema normalmente tratado militarmente. Assim, o IBAS apóia utilização de fóruns multilaterais, o que é um traço muito forte da PE do governo Lula e busca a diminuição de atuações agressivas unilaterais. Nesse sentido, encaixa-se a análise de João Genésio de Almeida Filho (2009) de que o IBAS, apesar de não ser uma iniciativa anti norte-americana, é para a PE de Lula uma iniciativa anti-hegemônica, permitindo maior autonomia na atuação internacional brasileira, principalmente no

que diz respeito aos interesses dos EUA. Os pedidos de atuação da ONU e de resolução pacífica dos problemas com Iraque, Afeganistão e Irã são também uma condenação sutil ao uso da força pelos EUA e podem ser justificados pela teoria de Buzan e Weaver sobre RSCs, que expõe que apesar de os EUA fazerem parte do RSC da América do Norte, por não haver nenhuma grande potência na América do Sul, eles acabam inserindo-se nesta região mais do que o normal. Assim, além de uma busca pelo fortalecimento do multilateralismo e por um sistema internacional mais pacífico, a defesa do diálogo e da participação da ONU nessas questões é extremamente pragmática para o Brasil, já que não há interesse de disseminação de intervenções militares pela superpotência vizinha.

Passando para outros temas da agenda internacional sobre os quais as Comissões Trilaterais e as Cúpulas do IBAS pronunciam-se, encontramos primeiramente a igualdade de gêneros, frisando a importância do “empoderamento³⁹” das mulheres para superar a pobreza, a condenação ao racismo e a defesa dos direitos humanos. Outro tema que surge é a necessidade de reforma do sistema financeiro internacional – principalmente das instituições de Bretton-Woods -, ressaltando que elas devem ser democratizadas para que haja maior participação dos países em desenvolvimento. Mais recentemente, aparece a crise financeira internacional e a necessidade de contorná-la.

Outro assunto bastante recorrente é a não-proliferação de armas, incluindo armas químicas. O IBAS defende a utilização das agências internacionais já existentes, principalmente da Agência Internacional de Energia Atômica (IAEA, na sigla em inglês), para esse fim. No entanto, essa questão vem sempre junto à necessidade de garantia da utilização de energia nuclear para fins pacíficos. O IBAS argumenta ainda que a energia nuclear é benéfica para combater mudanças climáticas. Essas questões, também vão ao encontro da PE brasileira, já que o Brasil faz parte dos regimes de não-proliferação nuclear, tendo assinado o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), e é um defensor da criação de uma área livre de armas nucleares no Atlântico Sul, objetivo para o qual precisa de apoio direto da África do Sul, dando grande importância à coordenação dentro do IBAS sobre o assunto. Além disso, o Brasil é um defensor da utilização nuclear para fins pacíficos,

³⁹ Empowerment no original.

principalmente como uma opção energética. Desse modo, a declaração do IBAS é pertinente para o Brasil e vai ao encontro não só do eixo de fortalecimento do multilateralismo, mas também do desenvolvimento sócio-econômico, com a questão de energia.

A extensa lista de temas sobre os quais o IBAS pronuncia-se é reveladora das intenções de trabalhar de forma alinhada nos foros multilaterais, demonstrando a tentativa do Brasil de conquistar aliados internacionais para poder ter voz mais ativa nessas instituições e aumentar as suas chances de intervir no sistema internacional e indo ao encontro da identificação de Miriam Gomes Saraiva do IBAS como uma cooperação sul-sul entre países *system affecting*. Assim, a aproximação de Índia e África do Sul é estratégica, já que são três potências regionais, o que contribui para que elas tenham muitas posições semelhantes em temas da agenda internacional. Além disso, segundo a teoria de Buzan e Weaver, as potências regionais caracterizam-se por serem normalmente consideradas pelas grandes e superpotência(s) apenas para questões referentes às suas regiões específicas. Isso faz com que elas sejam importantes para a ordem internacional, mas que tenham atuação limitada, com poucas condições de intervirem sozinhas em assuntos mais gerais, ou seja, que não digam respeito às suas regiões. Desse modo, a articulação do Brasil com outras duas potências que também possuem essas características dá-lhe chance de conquistar espaço de ação global, já que, se separados Índia, Brasil e África do Sul representam três expoentes de três regiões do terceiro mundo, juntos eles podem representar os interesses de três continentes diferentes. Também nesse sentido, pode-se entender a passagem de Souto Maior (*citado por Visentini, 2006*):

A situação do Brasil, demasiado grande em território, população e PIB para aceitar passivamente uma ordem mundial injusta e antidemocrática, mas não forte o bastante para nela influir direta e significativamente, tem como alternativa se articular com países que estejam nas mesmas condições no sistema. (VISENTINI, pág. 161, 2006).

O IBAS e seus comunicados podem ser percebidos nessa estratégia. Aliando-se a países que também são grandes demais para absterem-se do sistema internacional, mas fracos demais para conseguirem influir nele sozinhos, o Brasil soma forças e alcança participação ativa no mesmo e possibilidade de influenciar seus rumos. Esse fato concorda com as colocações de teóricos sobre as intenções do Brasil de contribuir para uma evolução a um sistema multipolar, valendo-se da participação ativa em fóruns multilaterais e da construção de alianças com outros

países de mesmo porte. Então, percebemos que as ações externas do IBAS, de um modo geral, contribuem para os eixos da PE de Lula de fortalecimento do multilateralismo e fortalecimento político global do Brasil. Nesse sentido, algumas ações do Brasil e de seus parceiros no cenário internacional devem ser destacadas. A primeira delas é a campanha pela democratização da ONU.

Busca pela Democratização da ONU

Outro tema de grande importância da agenda brasileira no qual se percebe uma atuação relevante do IBAS é a democratização da ONU. Assim, encontramos diversos discursos e declarações do presidente e da Chancelaria que frisam a necessidade de mudar a estrutura atual da ONU e o papel que o Brasil pretende assumir dentro de uma nova estrutura. O chanceler Celso Amorim argumenta que aquela organização está perdendo a sua representatividade, já que houve diversas mudanças no sistema internacional, desde a sua criação há 60 anos. Um exemplo é o fato de ela ter sido criada por apenas 51 nações, o que representava uma grande parcela dos Estados independentes naquele momento. Porém, já em 2005 ela possuía 191 membros⁴⁰, o que não se refletiu em uma alteração da sua estrutura. Da mesma maneira, houve evolução e expansão da agenda internacional nos últimos 60 anos. Desse modo, a ONU corre o risco de ver a sua influência erodir se não passar por uma reforma. Esses argumentos vão diretamente ao encontro do que aparece nas declarações das Comissões Trilaterais e Cúpulas do IBAS, em que há diversas referências a reformar a ONU (em especial o CSONU) para deixá-la mais democrática, representativa e focada nas prioridades dos membros, beneficiando a comunidade global como um todo.

Precisa-se esclarecer que, apesar da maior atenção que o tema recebe, a defesa do Brasil não é apenas pela ampliação do CSONU. Isso é ilustrado pelas declarações do IBAS para uma democratização das instituições de governança global, incluindo aí instituições financeiras, órgãos da ONU e especificamente o

⁴⁰ Dado do ano da declaração do chanceler. Atualmente a ONU possui 192 membros. Disponível na página institucional da organização www.un.org

CSONU. Essa posição é corroborada do ponto de vista da PE brasileira por declarações do presidente Lula de que o Brasil luta para promover uma reforma geral daquela organização, a qual incluiria, é claro, a expansão do CSONU, o fortalecimento do *Economic and Social Council* (ECOSOC) e a revitalização e o fortalecimento da Assembléia Geral (AGONU). O presidente – e do mesmo modo as declarações do IBAS - admite que algumas reformas já foram conseguidas como a criação do Conselho de Direitos Humanos – do qual Brasil, Índia e África do Sul são membros - e da Comissão de Paz, mas defende que, ainda assim, a ONU está ultrapassada em relação à atual geopolítica internacional, já que o contexto internacional em que ela foi criada não existe mais – esse argumento também aparece em declaração do IBAS. Desse modo, Lula advoga que uma reforma traria mais representatividade à organização e daria a ela instrumentos de maior credibilidade para tomar decisões.

O argumento do presidente é bastante interessante, já que de fato houve grandes mudanças no sistema internacional desde a formação da ONU, a qual ocorreu logo após a Segunda Guerra Mundial em um contexto de explosão das tradicionais rivalidades e tensão internas do continente europeu e do início da polarização da Guerra Fria. A partir do final do século XX, novos temas da agenda internacional passaram a adquirir cada vez mais força, como os Direitos Humanos e o meio-ambiente. Além disso, houve a criação da União Européia, uma institucionalização das relações internas àquele continente e o deslocamento dos principais focos de tensão mundiais da Europa para outras regiões do globo. Da mesma maneira, a Guerra Fria e a URSS terminaram. Esse fato trouxe uma mudança brusca na polaridade do sistema internacional e nas suas configurações de poder. Vem nesse sentido, a teoria de Buzan e Weaver, defendendo que com o final da Guerra Fria e da bipolaridade, abriu-se muito mais espaço para a atuação das potências regionais no sistema internacional, já que elas estariam agora menos sufocadas pela dinâmica de rivalidade entre EUA e URSS, que causava grandes projeções dessas potências para o resto do mundo. Desse modo, as potências regionais adquiriram maiores liberdade e possibilidade de ação, contribuindo para que busquem mais participação no sistema internacional, o que uma reforma da ONU possibilitaria. Então parece benéfico para o Brasil que haja uma atualização

das Nações Unidas, adaptando-se ao novo formato do sistema internacional que vem se configurando.

Quanto ao Conselho de Segurança, o Brasil e a Índia têm uma longa trajetória de pedir a sua reforma e a coordenação deles (mais da África do Sul) para tanto se reflete nas declarações das Comissões Trilaterais e Cúpulas do IBAS que pedem o aumento dos assentos dos dois tipos do órgão e a inclusão de países em desenvolvimento entre os seus membros permanentes, citando especificamente necessidade de representação de África, Ásia e América Latina nessa categoria. Nesse sentido, o presidente Lula defende as credenciais do Brasil a um assento permanente como sendo: tradição na busca de soluções pacíficas, observação do direito internacional e promoção dos interesses dos países em desenvolvimento. Cabe lembrar que a ampliação do CSONU foi cogitada pela primeira vez em 1979 e, desde o governo Sarney, o Brasil mobiliza-se para ter uma vaga permanente. FHC também realizou esforços para essa reivindicação; porém, mais discretos para não causar descontentamento nos vizinhos. Então, nessa esfera, não houve ruptura entre Cardoso e Lula, apesar de o segundo ter uma estratégia muito mais ativa e clara para esse objetivo. No entanto, a postura mais assertiva do atual governo deve-se também a mudanças na conjuntura internacional que trouxeram o tema da reforma do CSONU à tona nos últimos anos. Assim, Vaz (2006) argumenta que a administração FHC deu pouco espaço a questões de segurança internacional, mas que isso refletia a própria agenda internacional da época, focada na economia. No final daquele período, houve forte crítica à invasão do Iraque pelos EUA, que se somou às críticas à atuação da ONU em Ruanda e na Iugoslávia. Ao mesmo tempo, o ex secretário-geral da ONU, Kofi Annan, trouxe em seu relatório final de dezembro de 2003 duas propostas de reforma do CSONU. A primeira, chamada *Modelo A*, criaria seis assentos permanentes divididos entre continentes - sendo: dois para a África, dois para a Ásia, um para a Europa e um para a América Latina - e três assentos não-permanentes. A segunda, *Modelo B*, criaria oito assentos não-permanentes com direito à reeleição e um assento não-permanente nos moldes atuais⁴¹. Assim, logo no início da administração Lula, a discussão foi fortalecida no globalmente, o que contribuiu para a priorização da reforma pelo atual governo,

⁴¹ AGOSTINI, 2008

ênfâtizada já no discurso de posse do chanceler Celso Amorim e nos encontros com China, Índia, África do Sul, Rússia e países árabes.

Cabe analisar a importância para o Brasil de conquistar essa posição. João Genésio de Almeida Filho argumenta que a reforma e a democratização das instituições multilaterais aumentariam a capacidade de influência do Brasil no sistema internacional. O autor traz o argumento de Keohane de que potências médias tendem a preferir foros multilaterais, por considerarem que eles ampliam a sua capacidade de impacto no sistema internacional, classificando Brasil, Índia e África do Sul nessa categoria. Para Alcides Vaz, o pedido de reforma das instituições multilaterais seria uma reação à concentração de poder das grandes potências, bem como à utilização de organizações internacionais para os interesses dessas. As reformas visariam representar a pluralidade de interesses dentro da organização. Para Diego Rodrigues (2009), no caso do Brasil, a intenção seria de poder legislar e evitar a adoção de determinada legislação no âmbito da ONU em temas relativos à manutenção da paz e, como concorda Lucas Beltrami (2008), a justificativa para querer o assento permanente é participar da criação da agenda internacional e influenciar a escolha de suas prioridades, possibilitando-lhe formá-la favoravelmente aos interesses brasileiros. Por outro lado, o país defende a sua candidatura para o CSONU, argumentando que tem credenciais pacíficas. Assim, a orientação diplomática e a busca por soluções negociadas – em oposição às impostas pela força – fariam a participação brasileira benéfica para a comunidade internacional como um todo. Então, as tentativas de entrar no CSONU podem ser vistas pela perspectiva concreta de abrir espaços de ação em fóruns multilaterais, dando ao Brasil maiores condições de influenciar a agenda internacional para que vá ao encontro dos seus interesses e criando uma democratização internacional positiva para um Estado que tem limitadas condições de impor-se às grandes potências bilateralmente, mas também pode ser vista pela perspectiva simbólica de institucionalização de um novo *status* de poder brasileiro no sistema internacional, sendo uma PE de potência emergente.

É importante lembrar que o Brasil é o segundo país com maior número de mandatos não-permanentes⁴², totalizando nove. A Índia também tem participação bastante significativa, com seis mandatos⁴³. No entanto, a África do Sul apresenta muito menos tradição, tendo assumido um assento não-permanente pela primeira vez em 2007 e sendo criticada por ser normativa demais (CAMPBELL, Zélia, 2009). Apesar da tradição que as participações de Brasil e Índia representam, há alguns fatos menos positivos. Por exemplo, o Brasil não ocupa mais o assento de membro não-permanente do CSONU desde 2005 e a Índia desde 1992. Além disso, a Argentina tem apenas um mandato a menos que o Brasil, e o Paquistão tem o mesmo número de mandatos que a Índia, sendo um deles em 1993/ 94 e outro em 2003/04.

Para auxiliar na campanha brasileira, o governo Lula esforçou-se para criar alianças, mobilizando os países que julga com mais condições de conseguir um assento permanente, ou seja, de influenciar o sistema internacional. Assim, deu-se a criação do G-4, em 2004, composto por Brasil, Índia, Japão e Alemanha⁴⁴. O G-4 inclui todas as regiões do globo, com exceção da África, tendo amplitude geográfica. É importante ressaltar o motivo da ausência da África do Sul, que não lançou uma candidatura individual ao CSONU, devido à diretriz interna da UA, o que não significa que esse país africano não tenha interesse ou não seja considerado um bom candidato a membro permanente. Há diversas declarações do Brasil individualmente e do G-4 para que se leve adiante a reforma do órgão. Exemplo disso é o discurso do presidente Lula à AGONU, em 2006, no qual diz que não é possível lidar com problemas novos usando estruturas antigas, que o Brasil quer um CSONU que encoraje a segurança através da paz, do desenvolvimento e da justiça social e que um conselho mais legítimo, representativo e eficiente ajudará a acabar com a tentação de usar meios unilaterais, como a força. Na mesma direção, o G-4 afirma que *“a ONU é a forma adequada para tratar das ameaças que enfrentamos. Por isso, suas instituições devem ser adaptadas para refletir a realidade política”* (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, pág. 211, 2008). Assim, o G-4 ilustra

⁴² Cada mandato é de dois anos.

⁴³ Brasil foi membro do CSONU em: 1946 – 1947, 1951 – 1952, 1954 – 1955, 1963 – 1964, 1967 – 1968, 1988 – 1989, 1993 – 1994, 1998 – 1999, 2004 – 2005; e Índia em: 1950 – 1951, 1967 – 1968, 1972 – 1973, 1977 – 1978, 1984 – 1985, 1991 – 1992. Dados disponíveis em www.un.org

⁴⁴ O Japão é o país que mais vezes ocupou um assento não-permanente no CSONU, num total de dez. A Alemanha teve apenas quatro mandatos, mas eles começaram no final da década de 1970.

a busca brasileira por aliados internacionais para sua candidatura àquele órgão. Esses são de vital importância para que a ambição do Brasil seja atendida, já que permanece em parte a relutância dos membros permanentes atuais para que o CSONU seja ampliado. Além disso, o sucesso do grupo em trazer o assunto diversas vezes à pauta pode ser percebido dentro do proposto por Miriam Gomes Saraiva (2007a) de inclinação brasileira a formar alianças com outros países *system affecting*, apesar de neste caso Alemanha e Japão serem frequentemente reconhecidos como grandes potências, o que não ocorre com Brasil e Índia, mostrando um grupo de geometria variável.

Sobre a forma proposta para a ampliação do CSONU, o Brasil defende que seja adotada uma representação por continente, com a América do Sul e a Ásia ganhando um assento permanente cada e a África, um ou dois. O país também aparece em comunicado do G-4 à imprensa, apoiando (e recebendo o apoio) das candidaturas de Alemanha, Japão e Índia, ao mesmo tempo em que defende que a África deve ter direito a um assento, apenas sem nomear qual seria o Estado a ocupá-lo. O G-4 ainda defende que, para dar mais legitimidade ao sistema, é preciso que uma reforma inclua países desenvolvidos e países em desenvolvimento. Nessa linha é a proposta para reforma do CSONU apresentada pelo grupo em 2005, sugerindo a expansão do número de membros de 15 para 25, sendo 6 permanentes (mas sem poder de veto por pelo menos 15 anos) e 4 não-permanentes. O discurso brasileiro é bastante próximo a essa proposta, defendendo que o novo sistema deve equilibrar representatividade e efetividade - ou seja, com mais países e mais equilíbrio entre as regiões, mas sem deixá-lo cheio demais, tornando-o inábil a tomar decisões rapidamente - e que os novos membros permanentes não devem ter direito ao veto, mas sim, que esse privilégio deve ser totalmente eliminado no médio prazo. No entanto, o G-4 sofre com a diminuição do engajamento do Japão, já que ele conta com o apoio norte-americano, o que o G-4 não tem. Assim, em 2006, novo projeto de reforma foi apresentado somente por Brasil, Alemanha e Índia (AGOSTINI, 2008).

O interesse do G-4 de ver o CSONU ampliado esbarra naturalmente na própria natureza do Conselho, que é um meio de concentrar o poder e não de distribuí-lo. Assim, é natural que haja resistência dos membros atuais para a manutenção do *status quo*. Mesmo com isso, o Brasil conquistou apoio do Reino

Unido, da França e da Rússia. Quanto aos outros membros, China e EUA, eles não se opõem diretamente ao Brasil. Não obstante, a China não apóia o Brasil, pois tem medo de prejudicar suas relações com a Argentina e com o México. Por outro lado, os EUA são pró uma solução rápida, entrando a Alemanha e o Japão, e, no caso de uma reforma mais abrangente, o México (BELTRAMI, 2008).

No âmbito regional, um dos problemas é a falta de apoio de países-chave da América Latina – Argentina, Colômbia e México⁴⁵ - à candidatura brasileira, o que enfraquece muito o argumento de que o Brasil entraria para representar a região. A oposição não é só contra o Brasil, mas contra o G-4 em geral, institucionalizada no grupo Unidos pelo Consenso, formado por Paquistão, Argentina, Colômbia, Itália e Coréia do Sul, o qual apóia o *Modelo B* de Kofi Annan, argumentando que a ampliação de assentos permanentes apenas aumentaria o número de Estados com *status* diferenciado⁴⁶. Nessa linha, Rodrigues (2009) argumenta que há uma tentativa de Argentina e Colômbia de impedir a consolidação da liderança de um Estado sul-americano. O argumento do autor faz muito sentido com a análise da distribuição de poder da América do Sul realizada por Buzan e Weaver. Assim, a dinâmica interna sul-americana seria multipolar, com nenhum dos Estados do subcontinente tendo hegemonia absoluta. Apesar disso, há uma preponderância do Brasil, o maior pólo da região. Com isso, a elevação do Brasil ao *status* de membro permanente do CSONU, em detrimento de todos os outros países sul-americanos, seria uma institucionalização da supremacia da qual o Brasil já goza, fazendo com que a balança de poder regional pendesse mais para o lado brasileiro e dando-lhe uma vantagem para consolidar sua hegemonia regional. Desse modo, é natural que os Estados mais fortes da América do Sul não tenham interesse em ver o Brasil como membro permanente do CSONU. No caso da falta de apoio colombiano, podemos somar possivelmente a influência norte-americana, já que aqueles dois países têm relações bastante próximas e é sabido que os EUA prefeririam o México assumindo um assento permanente. Este último, por sua vez, seria contra o Brasil justamente por visar ele mesmo conquistar o lugar. Mesmo assim, a oposição na América Latina prejudicou a campanha do Brasil, por exemplo, com o argumento argentino de que não se trata de uma representação regional, pois os membros

⁴⁵ BELTRAMI (2008) e VAZ (2006)

⁴⁶ AGOSTINI, 2008

agem a título pessoal. Isso, unido à oposição de México e Colômbia, fez com que o Brasil não conseguisse apoio nos arranjos regionais – como Grupo do Rio, Organização do Tratado de Cooperação Amazônica, Mercosul, Comunidade Sul-Americana de Nações e Comunidade Íbero-Americana. Com isso, o Brasil passou a buscar acordos bilaterais, obtendo apoio de: Bolívia, Chile, Equador, Guiana, Paraguai, Peru, Suriname, Uruguai e Venezuela⁴⁷. O Brasil também conquistou apoio dos membros da CPLP e da África do Sul – desta última juntamente com a Índia⁴⁸. Nesse sentido, está uma dimensão estratégica da política africana do governo Lula, já que a África concentra um número muito elevado de votos da AGONU, o que pode ser positivo para o Brasil em um estágio mais avançado das negociações. Quanto à Argentina, em outubro de 2003, o Brasil acertou com ela que um diplomata do outro país irá incorporar a delegação daquele que tiver um mandato não-permanente no CSONU, começando em 2004. Isso pode contribuir para uma maior colaboração argentina com as pretensões brasileiras.

Do mesmo modo, com o objetivo de aumentar a sua elegibilidade para o CSONU, o Brasil tomou mais responsabilidades em segurança internacional, com a liderança da Missão de Paz da ONU para o Haiti (MINUSTAH na sigla em francês). Ressalta-se que o Brasil já havia participado de 25 missões de paz em governos anteriores, mas essa foi a primeira pela qual ele é o país responsável, demonstrando a sua intenção de projetar-se internacionalmente. Em 2004, para a MINUSTAH, desembarcaram 1200 soldados brasileiros no Haiti, o maior efetivo nacional desde a II Guerra Mundial, e mais militares de outras nacionalidades, somando 6700 militares e 1600 policiais internacionais. Além disso, o Brasil tomou medidas para cooperação técnica. Até o fim de 2006, 14 projetos estavam sendo implementados, com participação de EMBRAPA, INFRAERO, SENAI e Ministérios do Meio-Ambiente e da Saúde (BELTRAMI, 2008). Quanto ao IBAS, conforme Eugenio Diniz, há também grande participação de África do Sul e Índia em missões de paz e alta incidência de missões com dois dos três membros do fórum colaborando ao mesmo tempo. Assim, haveria espaço para cooperação entre eles nessas missões. Uma opção seria um mecanismo de troca de experiências, para preparar os contingentes. Além disso, a cooperação seria benéfica para eles já que contribuiria para a

⁴⁷ AGOSTINI, 2008

⁴⁸ AGOSTINI (2008) e ALMEIDA FILHO (2005)

qualificação dos soldados pela sua participação em operações. No caso de o Brasil ter interesse em assumir mais responsabilidades nessa área, a cooperação com a África do Sul teria muito potencial, já que muitas das missões de paz atuais acontecem no continente africano.

Com isso, nota-se que há atualmente muitos esforços por parte do governo atual para reformar a ONU e conquistar um assento permanente no CSONU. Quanto à PE de Lula, a reforma da ONU faz parte do eixo de fortalecimento do multilateralismo, ao passo que a campanha por um assento permanente no CSONU faz parte também desse eixo, mas ganha forte destaque o eixo de fortalecimento político global do Brasil. Sobre a importância do IBAS, muitas das declarações brasileiras a esse respeito são feitas no âmbito do fórum, havendo menção em todas as suas declarações de Cúpulas e Comissões Trilaterais. Há também cooperação internacional direta brasileira com outros países para promover a reforma do conselho, destacando as medidas com a Índia, principalmente a formação do G-4, coordenação que certamente foi facilitada pela aproximação dos dois no IBAS.

OMC e G-20

Além da ONU, a atuação do Brasil, e do IBAS, na OMC tem recebido grande destaque. A atuação na OMC centra-se na criação do G-20 e no impasse na Rodada Doha, que tem como temas principais: acesso a mercados para bens agrícolas, subsídios à exportação, medidas de apoio interno, produtos especiais e mecanismos de salvaguarda⁴⁹. Nesse caso, houve uma articulação dos países do IBAS com outros países em desenvolvimento (notadamente a China) para liderar a iniciativa, sendo um exemplo de como esses Estados utilizam organismos multilaterais para conquistar espaço no sistema internacional. Especialmente a Índia e o Brasil trabalharam juntos na Reunião de Cancun e depois dela para demandar o fim dos subsídios agrícolas por parte dos países desenvolvidos (destacando-se EUA e membros da UE), defendendo ainda que os países em desenvolvimento não

⁴⁹ OLIVEIRA, OLIVEIRA e ONUKI, 2009.

deveriam ter que pagar pela redução dos subsídios com concessões em outras áreas. O G-20 conseguiu criar um novo balanço nas negociações, pois tem grande peso para a agricultura mundial. Seus membros comportam: 63% dos fazendeiros do mundo, 51% da população, 20% da produção e 17% das exportações de produtos agrícolas⁵⁰. Segundo Cervo (2003), a ação do G-20 frente ao impasse naquela reunião reforçou o poder de negociação do sul. Desse modo, a articulação dos países em desenvolvimento em um único grupo impediu que a Reunião de Cancun se desenvolvesse apenas em torno da Agenda de Cingapura⁵¹ que é de interesse dos países desenvolvidos⁵² e diz respeito a novos temas do comércio internacional como serviços, investimentos e compras governamentais. Cervo enfatiza a importância que a posição do G-20 na OMC tem para o Brasil, uma vez que a liberalização do comércio agrícola pode trazer acréscimos de US\$ 15 bilhões para as exportações brasileiras. Além disso, há uma importância simbólica na criação do G-20, já que, desde as rodadas do GATT, os países desenvolvidos estavam acostumados a os países em desenvolvimento apenas ratificarem as propostas dos primeiros. Portanto, a articulação dos países em desenvolvimento naquela ocasião criou um novo elemento nas negociações, o que comprova (para esse caso) que essas nações tinham condições de influir no sistema apenas através de alianças, o que não seria alcançado agindo individualmente. Zélia Campbell (2009) ressalta que os países-chave do G-20 já estavam se reunindo antes informalmente; porém, naquele momento, começaram a agir coordenadamente. A coordenação dessa ação é talvez a parte mais vital, pois ela permitiu a criação de mais um pólo de força nas negociações. Pode-se notar isso nas tentativas dos EUA na época de desestabilizar o grupo oferecendo acordos e negociações bilaterais para alguns de seus membros (VISENTINI, 2006). Daí a estratégia brasileira de manter as negociações nos foros multilaterais. Esses oferecem mais possibilidades de coordenação entre os países em desenvolvimento e são palco propício para utilizar a cooperação sul-sul para equilibrar forças com os países desenvolvidos.

O discurso utilizado pelo G-20 traz muito da relação entre desenvolvimento e agricultura, sendo o seu principal ponto de negociação a eliminação de subsídios por

⁵⁰ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2008.

⁵¹ Que entraram em pauta na Reunião Ministerial da OMC em Cingapura, em 1996.

⁵² VISENTINI, 2006.

parte dos países desenvolvidos, que criariam distorções no comércio internacional. Esse argumento vai ao encontro do discurso de Lula, que diz que o G-20 busca um ponto em que possa haver acordo respeitando as necessidades dos países em desenvolvimento, especialmente os mais pobres⁵³. Com isso, o presidente enfatiza a relação existente no discurso do grupo entre agricultura, desenvolvimento e subsídios, deixando clara a importância que a agricultura tem para os países em desenvolvimento, especialmente os mais pobres, e que o impasse não é visto apenas como de comércio internacional, mas também como de desenvolvimento. O presidente e o chanceler brasileiros trazem a interpretação do governo sobre o G-20 e a atuação brasileira nele dizendo que o grupo contribuiu para que houvesse uma mudança na OMC e deu aos países em desenvolvimento mais confiança sobre a sua possibilidade de influenciar os rumos do comércio internacional e da organização. Uma das inovações do grupo é o fato de ser uma coordenação de posições para uma agenda positiva, ou seja, os membros do grupo não apenas trancaram as negociações em sinal de protesto, mas sim, usaram-nas para trazer a sua própria agenda, propondo ativamente medidas e alterações. Para Lula, o G-20 contribuiu para que se criasse uma nova geografia diplomática no mundo e a atuação do Brasil visa mudanças também na geografia econômica, fazendo com que os países membros atinjam níveis melhores de desenvolvimento⁵⁴.

O assunto também figura nas declarações do IBAS, expondo a desigualdade existente na economia internacional. Eles apóiam a coordenação dos países em desenvolvimento (destacando o G-20) para que eles tragam a sua própria agenda aos fóruns multilaterais, visando influenciar as negociações e chegar a resultados bons para o sul. O IBAS pede ainda uma intensificação da cooperação no G-20, para criar um sistema multilateral de comércio justo, igualitário e transparente, necessário para os países em desenvolvimento.

Mesmo com a atuação em conjunto de Brasil, Índia e África do Sul para negociações na Rodada Doha, é preciso frisar que ajustes dos discursos individuais, principalmente de Brasil e África do Sul, foram precisos. Desde o início, Brasil e África do Sul estavam do lado oposto à Índia dentro do G-20. Segundo Catherine

⁵³ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2008.

⁵⁴ MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2008.

Grant (2006), a postura brasileira tendia a conquistar acesso a mercados, enquanto a indiana, a proteger seus fazendeiros. Compartilhando dessa visão, Oliveira, Oliveira e Onuki (2009) argumentam que na OMC Brasil e África do Sul tiveram que flexibilizar suas posições para formar a aliança. Foi preciso que eles cedessem já que a Índia não teria condições de abrir seu mercado tanto quanto o Brasil gostaria. Brasil e África do Sul já tinham liberalizado seus mercados anteriormente, sobrando poucos setores onde a Rodada Doha poderia trazer impacto relevante. O mesmo não é verdade para a Índia, onde o setor agrícola é muito protegido e majoritariamente formado por pequenos produtores rurais, pouco competitivos e com um Estado sem condições de subsidiá-los, conforme argumenta aquele país. Além disso, em 2005, a tarifa média aplicada na Índia era cerca do dobro das aplicadas no Brasil e na África do Sul (OLIVEIRA, OLIVERIA e ONUKI, 2009). Frente à sua realidade estrutural, a Índia chegou mesmo a argumentar que a proteção agrícola era uma questão de segurança alimentar. Com isso, entre 2003 e 2004, Brasil e África do Sul mudaram para uma atitude mais defensiva – oposta à original de demandante – posicionando-se contra a obrigação dos países em desenvolvimento de darem acesso a mercados e defendendo que o fim dos subsídios fosse apenas nos países desenvolvidos, criando acordo com a Índia. Na parte agrícola da agenda, o único tema em que os três concordavam era a condenação aos subsídios à exportação concedidos pelos países desenvolvidos. Em linhas gerais, todos os três diziam que os compromissos acordados na Rodada Uruguai tinham que ser aprofundados no referente a acesso a mercados e subsídios internos e externos. Assim, o IBAS pode ser visto com papel importante na coordenação entre os três, principalmente Brasil e Índia, duas lideranças dentro do G-20, mas com posições bastante distintas, sendo o deslocamento de uma necessário para a ação coletiva. Apesar de o G-20 não defender a posição brasileira original, ele ainda defende o posicionamento brasileiro pró países em desenvolvimento, e a aproximação de Brasil e Índia no IBAS tende a ser um fator facilitador dessa frente contrabalanceando os países desenvolvidos. Já nos Temas de Cingapura o alinhamento entre os dois já era maior, adotando uma posição defensiva e pregando que a Rodada Doha não deve aprovar maiores compromissos do que os da Rodada Uruguai.

Apesar do fracasso das tentativas mais recentes de finalizar a Rodada Doha e da criação em 2007 do G-4 (composto por Brasil, Índia, EUA e EU) ⁵⁵ para a formulação de propostas a serem aprovadas pelos demais, o trabalho feito pelo G-20 é digno de nota, já que possibilitou a países em desenvolvimento influenciarem a criação agenda da OMC e que ilustra os argumentos de que os fóruns multilaterais são mais adequados para a ação dos países em desenvolvimento (nesse caso tratados como potências médias), pois permitem negociações mais equilibradas com os países desenvolvidos.

Ainda, no âmbito da OMC, os membros do IBAS são núcleo do grupo NAMA 11 (Non Agriculture Market Access). Esse é um grupo de oposição às demandas dos países desenvolvidos que pedem maior acesso aos mercados dos países em desenvolvimento para os bens não-agrícolas dos primeiros. O NAMA argumenta que essas reduções prejudicariam os países em desenvolvimento. Então, Brasil, Índia e África do Sul também se articulam no IBAS contra essa demanda por liberalização – recebendo, porém, menos espaço que o G-20 nas declarações. No IBAS, eles argumentam que é necessário coordenar posições para fortalecer o NAMA e que o progresso das negociações na agricultura não pode estar ligado às negociações com este grupo.

Assim, analisando-se a atuação dos membros do IBAS em conjunto na OMC, vemos que ela vai ao encontro da PE de Lula. É claro que houve uma grande flexibilização e mudança na posição do Brasil quanto aos temas agrícolas, no entanto, a idéia geral de defender os interesses dos países em desenvolvimento frente aos desenvolvidos foi mantida. Com isso, concluímos que o foco de ação prioritário é o fortalecimento dos fóruns multilaterais. A promoção do desenvolvimento sócio-econômico também aparece, já que todos os temas são ligados à economia, mas não foi a prioridade nesse caso, já que o Brasil cedeu em vários pontos para aproximar-se da posição indiana, o que pode ter sido menos benéfico para a sua agricultura do que seria ter feito mais concessões aos países em desenvolvimento e fechado a Rodada Doha. Nesse sentido, o cálculo político pode ter sido o de dar mais espaço às necessidades dos países menos desenvolvidos para ganhar uma posição política mais relevante dentro do grupo

⁵⁵ OLIVEIRA, OLIVERIA e ONUKI, 2009.

(uma ação na esfera econômica para conquistar uma posição política mais forte). De todo modo, as ações do G-20 podem ser analisadas dentro da teoria de Keohane (*citado por* SENNES, 2006) sobre a ação internacional desses países (definidos como potências médias), já que eles não poderiam influenciar o sistema internacional individualmente e por isso têm que fazê-lo através de alianças. Assim, o Brasil teria cedido nas negociações não apenas para garantir a sua posição de liderança no grupo, mas também para evitar que posições internas divergentes causassem a quebra do mesmo. Isso pode ter vindo de uma percepção de que a Índia não iria ceder, ou por falta de vontade política ou por falta de condições econômicas reais para fazer as concessões necessárias.

Diálogo com o G-8

Outro fórum em que há relevante atuação do Brasil junto aos membros do IBAS é o G-5, ou melhor, a porta de diálogo aberta com G-8 para: Índia, Brasil, África do Sul, China e México. Esses cinco países vinham tomando parte das reuniões do G-8 desde julho de 2005, num modelo de participação *ad hoc*, que aos poucos foi se concretizando. Segundo Gilberto Moura (2009), o IBAS foi um catalisador da mudança no G-8, dando mais espaço para a atuação internacional do Brasil. A já tradicional participação daqueles cinco países nas reuniões do G-8 solidificou-se e chegou ao convite, em julho deste ano, para maior participação dos membros do G-5 e do Egito. Nisso, destacam-se as declarações do presidente norte-americano Barack Obama de que: *"... parece ser errado pensarmos que podemos de alguma forma lidar com alguns desses desafios globais sem grandes potências como China, Índia e Brasil"* (FOLHA ONLINE, 2009, pág. 1) e também do primeiro-ministro italiano, Silvio Berlusconi de que *"... o G-14 é o formato com que no futuro teremos a melhor possibilidade de tomar as decisões mais importantes sobre a economia global"* (FOLHA ONLINE, 2009, pág. 1).

Apesar da falta de distanciamento temporal e da indefinição atual sobre qual será o futuro do G-8, fica claro que nos últimos anos houve uma abertura à participação de países emergentes em reuniões-chave para a agenda internacional.

Obviamente, essa mudança de conjuntura não se deve à atuação do IBAS, mas a articulação do Brasil com outros países em posição semelhante no sistema internacional vem aos poucos causando efeito. É interessante lembrar que a proposta original sul-africana para a formação de um fórum com Brasil e Índia era justamente para facilitar o diálogo com o G-8. Também se ressalta que, além da necessidade de incluir países em desenvolvimento, o presidente norte-americano citou a inclusão de Brasil, Índia e China especificamente pela sua qualidade de potências, o que sinaliza um aumento do reconhecimento do Brasil pelas potências globais. Pela projeção do grupo, a participação institucionalizada do Brasil nesses diálogos é um fator que contribui para o fortalecimento político global brasileiro e que o deixa mais próximo de ter mais espaço internacional em outras áreas. Além disso, a atitude do G-8 apóia o argumento de Miriam Gomes Saraiva de que os membros do IBAS são Estados com condições de afetar o sistema e, por isso, estariam recebendo agora maior reconhecimento e possibilidade de participação, mas, ao mesmo tempo, nenhum deles havia sido convidado ao grupo individualmente, sendo necessária a aliança para dar-lhes mais espaço, como defende Keohane (*citado por SENNES, 2006*).

Fundo IBAS

No que diz respeito a iniciativas conjuntas do IBAS, destaca-se a criação do Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza, que começou a ser operacionalizado já após a I Reunião de Comissão Mista do IBAS, em 2004, e tem antecedentes na *Iniciativa sobre a Erradicação da Fome e da Pobreza*, conduzida pelo Brasil paralelo à 58ª AGONU, em setembro de 2003, quando Índia, Brasil e África do Sul indicaram ter interesse em associarem-se para o financiamento de projetos de desenvolvimento para terceiros países, com valores médios e com possibilidades de serem replicados. Sobre o financiamento do fundo, as contribuições são abertas a todos os países, a instituições e à sociedade civil, mas, com o passar das reuniões, tem aumentado o comprometimento de Brasil, Índia e África do Sul de financiá-lo. As doações de cada um inicialmente eram US\$ 100.000 e foram aumentadas para US\$

1 milhão em 2005, criando-se no ano seguinte o compromisso de doar esse valor anualmente. João Genésio de Almeida Filho comenta que o Fundo IBAS pode ser uma boa opção para realizar projetos em conjunto com a UE, por exemplo, por ser aberto a doações. Atualmente o Fundo IBAS trabalha com diversos projetos, sendo o primeiro realizado na Guiné-Bissau (entre 2004 e 2007), orçado em US\$ 550 mil e visando desenvolver a agricultura e a pecuária naquele país onde elas representam 70% PIB e 85% população economicamente ativa⁵⁶. Desde então se iniciaram outros dois projetos: um no Haiti – para coleta de lixo - e outro no Timor Leste – para combate ao HIV/AIDS. Outros projetos já aprovados são para: a Palestina – complexo esportivo -, o Burundi e o Laos, havendo um em consideração em Cabo Verde.

Nas declarações do IBAS, o Fundo e seus projetos vêm sempre juntos aos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, criados no âmbito do PNUD, com todos os Estados membros da ONU comprometendo-se a atingi-los até 2015. Os objetivos são a solução de problemas básicos de subdesenvolvimento presentes principalmente no Terceiro Mundo; porém, estes precisam da ajuda dos países desenvolvidos resolvê-los. O IBAS frisa diversas vezes que não há esforços suficientes para alcançar aquelas metas até 2015 e que os países desenvolvidos precisam agir. Tomar a frente para a criação do Fundo IBAS e financiar projetos em países em desenvolvimento vai ao encontro da diretriz em muito defendida pelo governo Lula de ser ativo e ter uma agenda positiva. Assim, o IBAS não se posicionou apenas como demandante de que os países desenvolvidos agissem para ajudar países em desenvolvimento, mas tomou a frente na ação, abrindo um fundo para o qual todos os países em desenvolvimento são elegíveis. Por seu caráter inovador, o Fundo IBAS foi reconhecido pela ONU em 2006 com o prêmio Parceria Sul-Sul para Alianças Sul-Sul pelos seus projetos na Guiné-Bissau e no Haiti.

O Fundo IBAS é uma iniciativa pioneira de cooperação para realizar doações e altera a geografia de doadores e receptores de ajuda internacional. Ele concentra-se em doações a países muito pobres, possibilitando a implementação de projetos com orçamentos baixos para o desenvolvimento das populações locais. É uma idéia inovadora que lembra a iniciativa do microcrédito; porém, realizado entre Estados.

⁵⁶ MOURA, 2009

Analisando-o sob uma ótica pragmática da PE do governo Lula (defendida por Celso Amorim), o fundo pode ser visto como um instrumento de sedimentação do próprio IBAS, da mesma maneira que as iniciativas econômicas e comerciais, pois agrega mais um elemento de ação ao fórum, evitando que ele fique apenas na esfera do discurso. Além disso, ele contribui fortemente para as retóricas de paz, desenvolvimento e necessidade de acabar com a fome e a pobreza, muito presente nas declarações do presidente e do IBAS. Com isso, ele aumenta as credenciais dessa linha de discurso e o *soft power* brasileiro por criar ações positivas, agindo diretamente contra a fome e a miséria, tirando o Brasil e o IBAS da posição de demandantes e lhes dando um *status* de proponente da mudança. Ele é também uma ferramenta com utilidade diplomática concreta, pois possibilita a aproximação dos países doadores do fundo com os receptores. Nesse sentido, destaca-se que entre os projetos já realizados, nenhum é na principal área geográfica de influência do Brasil, a América do Sul, mas há um na América Central – Haiti – e Timor Leste, Guiné-Bissau e Cabo Verde são membros da CPLP, identificada também como de interesse prioritário do Brasil. Além disso, ele vem ao encontro do relançamento da política africana pelo presidente Lula. Como destaca Almeida Filho (2009), a administração Lula deu ênfase ao fortalecimento de relações com a África em dimensões política, cultural e econômica. Isso teria interesses concretos (como a atuação de empresas brasileiras nos setores de mineração, construção civil, petróleo e carvão em países como Angola, Moçambique e São Tomé e Príncipe), incluídos em outro mais geral de procurar brechas de atuação no meio internacional para “*criar relacionamentos construtivos e autônomos em relação à agenda internacional, que reflete as perspectivas de Washington*” (ALMEIDA FILHO, pág. 68, 2009). Dentro dessa linha, localizamos também a situação da Palestina, com uma atuação ativa do IBAS em realizar doações para a reconstrução da região. Note-se que na Comissão Trilateral da Cidade do Cabo, em 2005, os ministros resolveram abordar a Autoridade Palestina para oferecer serviços de reconstrução. Mais tarde, na *Paris Donor’s Conference for the Palestinian State* em dezembro de 2007, o Fundo IBAS comprometeu-se a doar US\$ 1 milhão por ano à Palestina, para aliviar a crise humanitária. Isso corresponde a um terço do valor que os três membros doam anualmente para o fundo. Essa atitude pode ser vista dentro da esfera da aproximação com o mundo árabe, ressaltando-se também a defesa da

formação de um Estado Palestino que encontramos nas declarações do IBAS. Assim, as atividades do Fundo IBAS contribuem para uma nova geografia internacional de doares e servem de ferramenta política para aproximação do Brasil de países menos desenvolvidos, estando de acordo com a PE do governo atual por ser uma via para o fortalecimento político global brasileiro.

Analisando as atividades extra-grupo realizadas pelo IBAS, vemos que elas vão diretamente ao encontro do discurso brasileiro, largamente adotado pelas declarações do fórum. As ações do IBAS (ou em conjunto dos seus membros) aqui relatadas contribuem para os três eixos de ação da PE de Lula analisados neste trabalho, mas são mais evidentes as ações relativas a fortalecimento do multilateralismo e fortalecimento político global do Brasil. Do mesmo modo, essas ações encaixam-se nas proposições teóricas de utilização do multilateralismo e aliança com outros países *system affecting* para ter mais voz em fóruns políticos internacionais. A aproximação dos três Estados a partir do IBAS foi um fator facilitador das suas ações conjuntas em fóruns multilaterais, para Brasil e Índia, contribuindo com a busca de fortalecimento dos mesmos. Da mesma maneira, a ação em grupo contribui para um fortalecimento político do próprio Brasil no sistema internacional, já que lhe abre espaços de ação e de diálogo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisando o IBAS e sua relação com a PE do governo Lula, há várias conclusões que podem ser tiradas. Quanto ao relacionamento intragrupo, ele baseia-se na cooperação para construção de conhecimento e pesquisas em conjunto. Sua área de ação é muito ampla, incluindo vários setores. Há também as relações econômicas entre os membros, destacando-se as comerciais. O comércio exterior do Brasil com Índia e África do Sul não é proporcionalmente muito alto dentro do total das trocas brasileiras, mas ele já atinge um valor considerável e vem crescendo muito rapidamente na última década, o que sugere que houve ações políticas fomentando-o. No entanto, analisando o período de aceleração do intercâmbio, concluímos que ele é apenas parcialmente relacionado ao IBAS, pois o comércio já vinha crescendo no governo FHC. Assim, dentro dessa esfera, o IBAS não representou uma ruptura com as ações de PE anteriores a Lula, mas sim, um meio de intensificar uma linha de ação já existente.

Quanto ao relacionamento externo ao grupo, ele ocorre principalmente em concertos que incluem outros países não membros do IBAS, paralelamente a fóruns multilaterais e a organizações internacionais. Destaca-se aqui a cooperação entre Brasil e Índia, sendo menor a participação da África do Sul. Nesse âmbito, o IBAS parece ter tido mais relevância, pois as principais ações foram tomadas após a sua criação. Assim, o Brasil utiliza a aproximação com essas duas outras potências regionais para concertar posições e projetar-se com mais força no sistema internacional. Isso vai ao encontro da colocação de Miriam Gomes Saraiva (2007a) sobre o IBAS não ser uma cooperação sul-sul tradicional, mas sim entre países que têm condições de afetar o sistema internacional, porém, limitadamente. Assim, fica clara a importância do perfil individual dos membros para que o fórum funcione. Um exemplo é a campanha ao CSONU, tida desde o início como o objetivo central do IBAS. O fato de cada um dos membros serem potências regionais é uma credencial importante para que eles possam pedir a reforma de órgão e requerer um assento. Porém, é central eles serem potências regionais de regiões diversas, já que a demanda por democratização do CSONU fica mais forte ao pedir a entrada de todos (apesar de ser apenas implícito no caso da África do Sul). Se eles fossem potências da mesma região, seria muito difícil argumentar um assento para cada um, o que

causaria a quebra do próprio grupo para escolher quem o receberia. Pela ênfase dada às questões políticas e à democratização das estruturas de governança internacional, concluímos que esse é de fato o objetivo central do IBAS, o qual vem fortificando-se com o tempo, o que é demonstrado pelo aumento progressivo das questões políticas, principalmente de regiões variadas, nas declarações do fórum. A parte econômica e a cooperação intragrupo teriam assim mais a função de sedimentar a cooperação, sendo acessórios à ambição política com a utilização de relações que podem ser proveitosas e que já estavam encaminhadas no início do governo Lula para aproximar três países em uma aliança com objetivos políticos e com a construção de capacidades técnicas e materiais que no médio prazo podem servir de base para um *status* político mais elevado globalmente.

Quanto à PE do governo Lula, percebemos que o IBAS está diretamente alinhado com seus eixos. Apesar de o fórum não ser a única ferramenta utilizada pelo atual governo e de haver ações paralelas de seus membros dentro de outros grupos, ele contribui diretamente para as principais linhas de ação do atual governo. A sua participação em vários pontos da PE, deve-se também à amplitude do IBAS, que trata de temas muito diversos. Dividindo as esferas do fórum aqui analisadas, vemos que o relacionamento intragrupo contribui principalmente para o eixo de desenvolvimento sócio-econômico nacional, com suas linhas de ação concentradas em três pontos. O primeiro é o desenvolvimento de áreas-chave para o país, as quais são das mais variadas, desde o assentamento de populações pobres (uma área problemática no Brasil), até o domínio de tecnologias essenciais, fundamental para uma potência emergente. O segundo é o fomento direto das relações econômicas, com acordos de livre-comércio e fóruns que aproximem as suas iniciativas privadas. E o terceiro é resolver problemas que impeçam a aproximação dos três países. Nesse caso, eles podem ser logísticos, como o transporte, que é central em uma relação com distâncias tão grandes, ou de diferenças estruturais e culturais (como legislações para investimento e conhecimento da cultura dos outros membros), que podem ser empecilhos para aproximação econômica.

O relacionamento extra-grupo é mais variado. As principais ações nele são agrupamentos políticos que propõem mudanças na ordem internacional em pontos diversos. Ele está muito próximo dos fundamentos da PE do governo Lula,

contribuindo para os três eixos analisados neste trabalho. O eixo de desenvolvimento sócio-econômico aqui é o de menor relevo, aparecendo principalmente devido à ação dos três em conjunto no G-20. Os eixos de fortalecimento do multilateralismo e fortalecimento político global do Brasil têm mais força. Sobre o fortalecimento do multilateralismo, destaca-se a campanha pela democratização da ONU e a ação do G-20. Ambas têm ações conjuntas dos três membros do IBAS, apesar de incluírem outros países. A priorização do multilateralismo e a busca por seu fortalecimento vão ao encontro da teoria de que países com poderes limitados no sistema internacional preferem agir em fóruns multilaterais. Esse parece ser o caso do Brasil, buscando potencializar o seu poder de influência. Quanto ao fortalecimento político global do Brasil, ele aparece com muita força nas ações analisadas, destacando-se a demanda pela ampliação do CSONU, o diálogo com o G-8 e o Fundo IBAS de Combate à Fome e à Pobreza. O CSONU encaixa-se também no fortalecimento do multilateralismo, mas fica essencialmente no eixo anterior porque a conquista de um assento permanente pelo Brasil (apesar de expandir o órgão e torná-lo mais democrático) teria como o resultado mais direto o reconhecimento de um *status* diferenciado do Brasil pelas grandes e super potências, contribuindo muito para um maior poder brasileiro no sistema internacional.

Apesar das amplas áreas de ação, expostas neste trabalho, há ainda críticos que argumentam que o IBAS não apresenta resultados. Eu discordo dessas críticas, pois o IBAS é uma iniciativa de aproximação entre três países com uma agenda pragmática, mas de longo prazo, ou mesmo de progresso sutil. Assim, os resultados devem ser analisados como os avanços na busca pelos seus objetivos centrais, o que pode ser difícil de avaliar, pois os estes passam por grandes reformas da estrutura de governança global. No entanto, é certo que a campanha do país ao CSONU é concreta, não sendo vista como puramente retórica, e que a presença internacional do país está fortalecida com fatos recentes como a liderança do G-20 - e o efeito que isso teve na Rodada Doha - e a solidificação da porta de diálogo dos membros do IBAS, entre outros, com o G-8. Então, o Brasil aparece cada vez mais como um *global player*. Obviamente esses fatos não são exclusivamente resultados do IBAS, devendo-se também a outras relações do Brasil e a diversas mudanças e evoluções que têm ocorrido no sistema internacional nos últimos anos. Porém, a

aproximação do Brasil com Índia e África do Sul facilitou a convergência de discursos e de interesses (principalmente nos pontos em que precisou haver concessões das partes) e possibilitou ações concertadas no cenário internacional, dando ao Brasil maior poder de ação e de negociação, já que ele ainda tem recursos limitados para influenciar o sistema internacional e buscar esses objetivos sozinho não seria viável. O IBAS foi então uma ferramenta importante.

A última consideração sobre o IBAS, é que hoje ele está muito bem adaptado à linha de PE de Lula e todo o seu desenvolvimento ocorreu sob um só governo no Brasil. Como foi analisado neste trabalho, os seus principais objetivos são relacionados ao fortalecimento da participação política e ao posicionamento político brasileiro no sistema internacional, objetivos que se encaixam em uma PE *autonomista*, como é caracterizada a atual. No caso da ascensão de um novo presidente que mude a linha da PE, passando a perseguir a *credibilidade*, é possível que o fórum perca prioridade para o governo brasileiro. Contudo, quanto maior a solidificação das suas relações e a concretização dos objetivos políticos que persegue, maiores as chances de o IBAS permanecer como um instrumento importante da PE brasileira no futuro.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGOSTINI, Natasha Pinheiro. **A Relação entre o Itamaraty e a Presidência da República: Aspectos Teóricos, Organizacionais e o Caso da Reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas no Primeiro Governo Lula (2003-2006)**. 2008. Monografia (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

ALBUQUERQUE, José A.G. **Os desafios de uma ordem internacional em transição**. IN: ALTEMANI, Henrique, e LESSA, Antônio Carlos (eds.). *Relações Internacionais do Brasil. Temas e Agendas*. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **Uma Política Externa engajada: a diplomacia do governo Lula**. IN: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: IBRI, 2004.

ALMEIDA, Paulo Roberto. **A diplomacia do governo Lula em seu primeiro mandato: um balanço e algumas perspectivas**. IN: *Carta Internacional*. v. 2, n. 1, mar. 2007.

ALMEIDA FILHO, João Genésio de. **O Fórum de Diálogo Índia, Brasil e África do Sul (IBAS): Análise e Perspectivas**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

AMORIM, Celso. **Conceitos e Estratégias da Diplomacia do Governo Lula**. IN: *Diplomacia, Estratégia e Política*, ano 1, v. 1, out./ dez. 2004.

AMORIM, Celso. **A Diplomacia multilateral do Brasil. Um tributo a Rui Barbosa**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

BELTRAMI, Lucas Nunes. **Articulações de um Estado Logístico: o Norte e o Sul na Política Externa do Governo Lula**. 2008. Monografia (Graduação). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

BUSS, Paulo Marchiori; FERREIRA, José Roberto. **IBAS: Coordenação e Cooperação entre Países em Desenvolvimento**. IN: *IBAS. O Brasil no Mundo que Vem Aí*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

BUZAN, Barry e WEAVER, Ole. **Regions and Powers, The Structure of International Security**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

CAMPBELL, Roberto Keith. **Modest Beginnings, Slow Progress: IBSA, Science, Technology and Development**. IN: IBAS. **O Brasil no Mundo que Vem Aí**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CAMPBELL, Zélia. **IBSA: Overview and Perspectives**. IN: **O Brasil no Mundo que Vem Aí**. III Conferência Internacional de Política Externa e Política Internacional. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

CARDOSO, Fernando J., MOURÃO, Fernando A.A., e OLVEIRA, Henrique Altemani. **As relações Brasil-África: 1990 a 2005**. IN: ALTEMANI, Henrique, e LESSA, Antônio Carlos (eds). **Relações Internacionais do Brasil. Temas e Agendas**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

CEPIK, Marco. **Segurança nacional e cooperação sul-sul: Índia, África do Sul e Brasil**. IN: LIMA, Maria R.S de; HIRST, Monica. **Brasil, Índia e África do Sul: Desafios e Oportunidades para Novas Parcerias**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.

CERVO, Amado. **Um balanço da reunião da OMC em Cancun**. IN: Meridiano 47. Número 38\39, set. \out. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2003.

CERVO, Amado. **Os Objetivos da Política Exterior de Lula**. IN: Meridiano 47. Número 47, jun. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2004.

CERVO, Amado. **A ação internacional do Brasil em um mundo em transformação: conceitos, objetivos e resultados (1990-2005)**. IN: ALTEMANI, Henrique, e LESSA, Antônio Carlos (eds). **Relações Internacionais do Brasil. Temas e Agendas**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

CHATTERJEE, Bipul, DHOOT, Swait. **Economic Co-operation Between India-Brazil-South Africa: The Road Ahead!**. IN: Synopsis. Policy Studies Bulletin of CPS. Joanesburgo, Center for Policy Studies, v. 8, n. 2, Aug. 2006. ISSN: 1-919708-08-1.

DADA, Jabu. **IBSA and “Human Security”**: Framing a Space for Dialogue. IN: Synopsis. Policy Studies Bulletin of CPS. Joanesburgo, Center for Policy Studies, v. 8, n. 2, Aug. 2006. ISSN: 1-919708-08-1.

DINIZ, Eugenio. **South Africa, Brazil and India Cooperating in Defense**. IN: VAZ, Alcides Costa. Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa. Brasilia: Editora Universidade de Brasília, 2006.

DZIDZIENYO, Anani. **Race and International Relations: Brazil and South Africa**. IN: South African Journal of International Affairs. Joanesburgo: The South Africa Institute of International Affairs, v. 8, n. 1, summer. 2001. ISSN: 10220461.

FOLHA ONLINE. **Reunião do G8 termina com consenso de mais espaço aos emergentes;** entenda. 10/07/2009. Disponível em: <http://www1.folha.uol.com.br/folha/dinheiro/ult91u593442.shtml> . Acesso em 09 de outubro de 2009.

FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL. **Declaração de Brasília**. Brasília, 2003a. Disponível em: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2222&Itemid=1564. Acesso em 19 de outubro de 2009

FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL. **Comunicado de Nova Iorque**. Nova Iorque, 2003b. Disponível em: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2222&Itemid=1564. Acesso em 19 de outubro de 2009

FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL. **Agenda de Cooperação**. Nova Deli, 2004a. Disponível em: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2222&Itemid=1564. Acesso em 19 de outubro de 2009

FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL. **Comunicado de Imprensa**. Nova Iorque, 2004b. Disponível em: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2222&Itemid=1564. Acesso em 19 de outubro de 2009

FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL. **Comunicado Ministerial. I Comissão Mista Trilateral.** Nova Deli, 2004c. Disponível em: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2222&Itemid=1564. Acesso em 19 de outubro de 2009

FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL. **Plano de Ação.** Nova Deli, 2004d. Disponível em: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2222&Itemid=1564. Acesso em 19 de outubro de 2009

FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL. **Comunicado Ministerial. II Comissão Mista Trilateral.** Cape Town, 2005. Disponível em: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2222&Itemid=1564. Acesso em 19 de outubro de 2009

FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL. **Comunicado Ministerial. III Comissão Mista Trilateral.** Rio de Janeiro, 2006a. Disponível em: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2222&Itemid=1564. Acesso em 19 de outubro de 2009

FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL. **Joint declaration on the first IBSA Summit.** Brasília, 2006b. Disponível em: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2222&Itemid=1564. Acesso em 19 de outubro de 2009

FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL. **Comunicado Ministerial. IV Comissão Mista Trilateral.** Nova Deli, 2007a. Disponível em: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2222&Itemid=1564. Acesso em 19 de outubro de 2009

FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL. **Declaração da Cúpula da IBAS em Tshwane, 17 de outubro de 2007.** Tshwane, 2007b. Disponível em: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2222&Itemid=1564. Acesso em 19 de outubro de 2009

FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL. **12ª Declaração de Pontos Focais.** Somerset West, 2008a. Disponível em: <http://www.forumibsa.org/interna.php?id=23>. Acesso em: 16 de outubro de 2009

FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL. **Comunicado Ministerial. V Comissão Mista Trilateral.** Somerset West, 2008b. Disponível em: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2222&Itemid=1564. Acesso em 19 de outubro de 2009

FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL. **Declaração da Cúpula de Nova Delhi.** Nova Deli, 2008c. Disponível em: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2222&Itemid=1564. Acesso em 19 de outubro de 2009

FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL. **Reunião Ministerial do Fórum de Diálogo Índia – Brasil -África do Sul (IBAS) à margem da 63ª Sessão da AGNU.** Nova Iorque, 2008d. Disponível em: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2222&Itemid=1564. Acesso em 19 de outubro de 2009

FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL. **Comunicado Ministerial. VI Comissão Mista Trilateral.** Brasília, 2009a. Disponível em: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2222&Itemid=1564. Acesso em 19 de outubro de 2009

FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL. **Reunião Ministerial informal do IBAS. Declaração Conjunta.** Paris, 2009b. Disponível em: http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=2222&Itemid=1564. Acesso em 19 de outubro de 2009

GRANT, Catherine. **Developing a Comprehensive IBSA Strategy on WTO Agriculture Trade Negotiations.** IN: Trade Policy Report. Joanesburgo: The South Africa Institute of International Affairs, n. 11. 2006.

HIRST, Monica. **Intermediate States, Multilateralism & International Security**. IN: VAZ, Alcides Costa. *Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

JOHANSON, Jan; e WIEDERSHEIM-PAUL, Finn. **The Internationalization of the Firm: Four Swedish Cases**. IN: BUCKLEY, Peter J.; e GHOURI, Pervez N. (eds). *The Internationalization of the Firm*. Oxford: International Thomson Business Press, 1999.

KORNEGAY, Francis. **Towards a Gondwanan Strategic Vision**. IN: Synopsis. *Policy Studies Bulletin of CPS*. Joanesburgo, Center for Policy Studies, v. 8. n. 2, Aug. 2006. ISSN: 1-919708-08-1.

KORNEGAY, Francis; e DADA, Jabulani (orgs). **A África do Sul e o IBAS**. Porto Alegre e Brasília: Universidade Editora da Federal do Rio Grande do Sul e Fundação Alexandre de Gusmão, 2007.

KUMAR, Nagesh. **Sectoral Co-operation within IBSA: some Explorations in South-South Co-operation**. IN: Synopsis. *Policy Studies Bulletin of CPS*. Joanesburgo, Center for Policy Studies, v.8, n. 2, Aug. 2006. ISSN: 1-919708-08-1.

LANDSBERG, Chris. **IBSA's Political Origins, Significance and Challenges**. IN: Synopsis. *Policy Studies Bulletin of CPS*. Joanesburgo: Center for Policy Studies, v. 8, n. 2, Aug. 2006. ISSN: 1-919708-08-1.

LESSA, Antônio Carlos. **O primeiro ano da política externa do governo Lula: renovação na continuidade?** IN: *Meridiano 47*. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, n. 40\41, nov. \dez. 2003.

LIMA, Marcos costa. **As tecnologias da informação e da comunicação e o desenvolvimento: modelos brasileiro e indiano**. IN: LIMA, Maria R.S de; HIRST, Monica. *Brasil, Índia e África do Sul: Desafios e Oportunidades para Novas Parcerias*. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Linhas Gerais do Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-Índia**. Brasília, 2005. Disponível em:

http://www.mre.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=1177

Acesso em 07 de outubro de 2009.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Brazilian Foreign Policy Handbook**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2008.

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. ASSESSORIA DE IMPRENSA DO GABINETE. **Acordo de Comércio Preferencial Mercosul-SACU**. 06/04/2009.

Disponível em:

http://www.mre.gov.br/portugues/imprensa/nota_detalhe3.asp?ID_RELEASE=6406.

Acesso em 7 de outubro de 2009

MONSERRAT FILHO, José. **Desenvolvimento e Cooperação Científica e Tecnológica**. IN: IBAS. O Brasil no Mundo que Vem Aí. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MOURA, Gilberto F.G.. **O Diálogo Índia, Brasil, África do Sul – IBAS. Balanço e Perspectivas**. IN: O Brasil no Mundo que Vem Aí. III Conferência Internacional de Política Externa e Política Internacional. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MUKHERJEE, Aditya. **IBSA: Overview and Perspectives. Historical Roots of the Common Challenges of India, Brazil and South Africa**. IN: O Brasil no Mundo que Vem Aí. III Conferência Internacional de Política Externa e Política Internacional. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

MUKHERJEE, Shiv. **India's Foreign Policy: Looking to the Future**. IN: South African Journal of International Affairs. Joanesburgo, The South Africa Institute of International Affairs, v. 11, issue 2, winter/ spring. 2004. ISSN: 10220461.

NAIDU, Sanusha. **IBSA: a Pragmatic Voice of the South or a Vending Machine of Competing and Diffused Interests?**. IN: Synopsis. Policy Studies Bulletin of CPS. Joanesburgo, Center for Policy Studies, v. 8, n. 2, Aug. 2006. ISSN: 1-919708-08-1.

OLIVEIRA, Amancio Jorge Nunes de; OLIVEIRA, Emmanuel de; ONUKI, Janina. **Coalizões sul-sul e multilateralismo: países intermediários e o caso do IBAS**.

IN: LIMA, Maria R.S de; HIRST, Monica. **Brasil, Índia e África do Sul: Desafios e Oportunidades para Novas Parcerias**. São Paulo: Editora Paz e Terra, 2009.

OLIVEIRA, Henrique Altemani. **O Brasil e a Ásia**. IN: ALTEMANI, Henrique, e LESSA, Antônio Carlos (eds). **Relações Internacionais do Brasil. Temas e Agendas**. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

OLIVEIRA, Marcelo. **Alianças e coalizões internacionais do governo Lula: o IBAS e o G-20**. *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: IBRI, 2005.

RODRIGUES, Diego de Freitas. **Estratégias na Cooperação Multilateral Sul-Sul: Avaliação do Desempenho Político do Fórum Trilateral de Diálogo Índia, Brasil, África do Sul (IBAS)**. Apresentado no: II Seminário Nacional de Ciência Política. Porto Alegre, 2009.

ROELOFSE – CAMPBELL, Zélia. **Some Insights into the IBSA Dialogue Forum**. IN: Synopsis. *Policy Studies Bulletin of CPS*. Joanesburgo, Center for Policy Studies, v. 8, n. 2, Aug. 2006. ISSN: 1-919708-08-1.

SARAIVA, Miriam Gomes. **As estratégias de cooperação Sul-Sul nos marcos da política externa brasileira de 1993 a 2007**. IN: *Revista Brasileira de Política Internacional*. Brasília: IBRI, ano 50, n. 2. 2007a.

SARAIVA, Miriam Gomes. **O segundo mandato de Lula e a política externa: poucas novidades**. IN: *Carta Internacional*, v. 2, n. 1, mar. 2007b.

SENNES, Ricardo. **As mudanças da política externa brasileira nos anos 80. Uma potência média recém industrializada**. Porto Alegre: Editora da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2003.

SENNES, Ricardo Ubiratan. **Brazil, India and South Africa: Convergences and Divergences in Intermediate Countries International Strategies**. IN: VAZ, Alcides Costa. **Intermediate States, Regional Leadership and Security: India, Brazil and South Africa**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

SILVA, Golbery do Couto. **Conjuntura Política Nacional, o Poder Executivo & Geopolítica do Brasil**. Rio de Janeiro: Livraria José Olímpio Editora, 1981.

SRINIVASAN, T.N; e TENDULKAR, Suresh. **Reintegrating India with the World Economy**. Washington: Institute for International Economics, 2003.

SOKO, Mills. **Regionalism and the WTO: Opportunities and Dangers for Africa**. IN: South African Journal of International Affairs. Joanesburgo: The South Africa Institute of International Affairs, v. 11, issue 2, winter/ spring. 2004. ISSN: 10220461.

SOKO, Mills. **South-South Economic Co-operation. The India-Brail-South Africa Case**. IN: Trade Policy Report. Joanesburgo: The South Africa Institute of International Affairs, n. 12. 2006a.

SOKO, Mills. **Can IBSA Develop as a Countervailing Force to Global Hegemony?**. IN: Synopsis. Policy Studies Bulletin of CPS. Joanesburgo: Center for Policy Studies, v. 8, n. 2, Aug. 2006b. ISSN: 1-919708-08-1

SOKO, Mills. **The Aerospace Industry. Prospects for Strategic Co-operation among the IBSA Countries**. IN: Trade Policy Report. Joanesburgo: The South Africa Institute of International Affairs, n.13. 2006c.

SOMBRA SARAIVA, José Flávio. **Dois Anos de Política Externa de Lula**. IN: Meridiano 47. Brasília: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, n. 52\53, nov. \dez. 2004.

SOMBRA SARAIVA, José Flávio. **À busca de uma nova sociedade internacional: teoria e prática das relações internacionais no início do século XXI**. IN: ALTEMANI, Henrique, e LESSA, Antônio Carlos (eds). Relações Internacionais do Brasil. Temas e Agendas. São Paulo: Editora Saraiva, 2006.

SOUTHALL, Roger (Ed.). **South Africa's Role in Conflict Resolution and Peacemaking in Africa**. Cape Town: Nelson Mandela Foundation, 2006.

SOUTO MAIOR, Luiz A. P. **Dois Anos de "Presença Externa". Uma Reflexão Sobre a Política Externa do Governo Lula**. IN: Cena Internacional. Brasília: Universidade de Brasília e Fundação Alexandre de Gusmão, ano 6, n. 2, dez. 2004.

VAZ, Alcides Costa. **Brazil: Global and Regional Security Perspectives and Cooperation within IBSA**. IN: VAZ, Alcides Costa. Intermediate States, Regional

Leadership and Security: India, Brazil and South Africa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2006.

VISENTINI, Paulo G.F. **O G-3 e o G-20. O Brasil e as Novas Coalizões Internacionais**. IN: ALTEMANI, Henrique; e LESSA, Antônio Carlos. Relações Internacionais do Brasil. Temas e Agendas. Volume 2. São Paulo: Instituto Brasileiro de Relações Internacionais, 2006.

VISENTINI, Paulo G.F; PEREIRA, Analúcia Danilevicz. **As Bases do IBAS: O Desenvolvimento e a Inserção Internacional da Índia, do Brasil e da África do Sul**. IN: IBAS. O Brasil no Mundo que Vem Aí. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2009.

VISENTINI, Paulo G.F. **A Dimensão Geoestratégica do IBAS**. Trabalho não publicado.

Páginas da Internet

www.bcb.gov.br

www.marcopolo.com.br

www.mre.gov.br

www.mdic.gov.br

www.un.org

www.petrobras.com.br

www.vale.com

ANEXO I

Resumo dos Grupos de Trabalho

- 1) *Agricultura*: GT foi criado 2005. Nele foram estabelecidas áreas diversas para a cooperação principalmente em comércio e desenvolvimento. Atualmente ele é dividido em subgrupos que tratam de temas variados como: saúde e produção animal, biocombustíveis, processamento de alimentos, pesquisa e diminuição da pobreza.
- 2) *Cultura*: GT foi criado 2005. É ressaltada a importância da cooperação nessa área para aumentar a ligação entre os povos. Esse grupo tem um Memorando de Entendimento para cooperação e tem realizado festivais e outras atividades culturais nos três países membros.
- 3) *Defesa*: antes mesmo do Plano de Ação já tinha havido reunião dos Ministros da Defesa em fevereiro de 2004. Desde o início foi visto como um dos GTs com muitas potencialidades; porém, tem tido avanço um pouco lento, em parte devido à necessidade de coordenação entre Ministérios das Relações Exteriores e Ministérios da Defesa. Nesse grupo são discutidas questões sobre segurança regional e também cooperação concreta: na segurança marítima e aérea – como combate ao tráfico de armas e drogas, trânsito marítimo de produtos químicos tóxicos, e lixo radioativo -, nas indústrias de defesa, como tecnologia de defesa e produção de material – inclusive para comércio de equipamentos em conjunto – e pesquisas e treinamentos em conjunto. Além disso, foram realizados exercícios navais em conjunto (IBASMAR), sendo o segundo evento desse tipo marcado para 2010.
- 4) *Educação*: esse GT inclui Academias Diplomáticas e Cooperação Esportiva. Ele trata de temas de educação para a inclusão social, educação básica, educação superior, educação à distância e igualdade de educação entre os gêneros. Atualmente o foco principal está no

intercâmbio de estudantes e acadêmicos e discute-se a criação de dois centros de estudos em ciências e engenharia da computação pela Índia no Brasil e na África do Sul. Esse GT também trabalha em conjunto com o Ministério da Educação.

- 5) *Energia*: esse GT foi sempre considerado bastante estratégico e fortemente ligado ao desenvolvimento. As principais áreas foco são: energias renováveis e indústria do etanol, bem como investimento e P&D em energia. Também há trabalhos com relação à biocombustíveis e segurança alimentar. Ele possui Memorandos de Entendimento em áreas específicas: biocombustíveis e energia eólica. Contudo, parece não haver grande avanço, com necessidades de mais reuniões e de outros Memorandos de Entendimento.
- 6) *Meio Ambiente e Mudanças Climáticas*: GT criado em 2007. O foco de trabalho é principalmente relacionado com desenvolvimento sustentável. Até se trata da discussão nessa linha.
- 7) *Saúde*: esse GT trabalha com questões diretamente relacionadas à saúde, como monitoramento de doenças, mas tem forte ênfase na questão de propriedade intelectual de remédios. Ele tem tido avanços; porém lentos já que também depende de reuniões dos Ministros da Saúde.
- 8) *Assentamentos Humanos*: criado em 2007. Sua importância foi destacada pela previsão de que até 2020 a maioria das grandes cidades será no sul, aumentando o problema de pessoas em submoradias. Até agora eles trabalham em um Memorando de Entendimento e organizam participações conjuntas em eventos (e organização de outros) sobre o tema.
- 9) *Sociedade da Informação*: discutiram-se diversas áreas para o seu trabalho (incluindo suporte à educação e à saúde); porém, esse GT trabalha principalmente com *e-governance* e inclusão digital (decidindo premiar projetos nesta área). No entanto parece ter avanço lento na implementação do seu Memorando de Entendimento. Esse GT também é responsável pela comunicação virtual do IBAS.

- 10) *Administração Pública*: criado em 2006. Houve discussões na área de formar um conjunto de diretrizes e princípios do IBAS para administração pública. O objetivo disso seria tornar processos mais parecidos e facilitar relações políticas e comerciais. Houve também algum progresso na área anticorrupção.
- 11) *Administração Tributária e Aduaneira*: criado em 2007. Os objetivos são de trocar experiências e de tornar mais próximos os procedimentos nos três países para facilitar importação/exportação e investimentos.
- 12) *Ciência e Tecnologia (C&T) – inclui pesquisa Antártida*: entre as modalidades de cooperação estão: intercâmbio de cientistas, treinamento em áreas de fortalecimento nacional e P&D conjunto. As áreas identificadas como potenciais são: biotecnologia, nanotecnologia, energias renováveis, astronomia e astrofísica, meteorologia e mudanças climáticas, oceanografia e pesquisa Antártida, pesca, conhecimento tradicional e tecnologia da informação (TI). Também há avanços em pesquisas vinculadas à área da saúde: malária, tuberculose e HIV/AIDS. É um dos GTs considerado de maior potencial. Ele vem avançando muito em diversas áreas e possui um Plano de Trabalho. Porém, destaca-se que já havia acordos bilaterais entre os membros do IBAS nesse setor.
- 13) *Desenvolvimento Social*: criado em 2006. O setor foca-se no diálogo e na troca de experiências - com casos concretos de programas de desenvolvimento social de cada membro – e tem um Memorando de Entendimento para criar uma matriz de programas, projetos e políticas sociais dos três membros.
- 14) *Comércio e Investimentos*: busca fortalecer os pontos complementares, destacando: indústria, serviços, negócios e tecnologia. O GT estabeleceu uma primeira meta de ampliar o comércio de US\$ 4,6 bilhões, em 2004, para US\$ 10 bilhões até 2007, alvo que infelizmente não foi atingido, mas foi ampliado para US\$ 15 bilhões até 2010. Para que essa meta seja atingida, o GT trabalha com intensificação da cooperação para facilitar o comércio e as exportações. Ele sempre trouxe a necessidade de incluir a SACU e o Mercosul nas negociações comerciais, o que vai ao encontro do

foco mais recente de estudar uma Zona de Livre-comércio Índia-Mercosul-SACU (há discussões de criar um GT especialmente para isso). O grupo também está atento à inclusão do setor privado, para o qual foi criada a Cúpula de Empresários. Outras iniciativas são o fomento e apoio a Pequenas e Médias Empresas e de intercâmbio de jovens e empreendedores.

15) *Transportes*: é um dos GTs considerados mais relevantes pela importância do transporte aéreo e marítimo para ligar os três países. Os principais objetivos na parte aérea são: aumentar a frequência das conexões e melhorar os aeroportos, principalmente na África do Sul⁵⁷, para tornar as viagens mais curtas, para isso discute-se começar com acordos bilaterais. No transporte marítimo, foca em criar um corredor marítimo trilateral - principalmente para o transporte de carga -, e cooperar na própria capacitação do pessoal dos portos como em: treinamento, capacitação logística e portuária. Com esse GT querem possibilitar o transporte de carga - aumentando as relações comerciais - e o fluxo de pessoas - fomentar o turismo, a colaboração em pesquisas e o conhecimento geral entre as populações. O Plano de Ação para esse GT, contém oito projetos⁵⁸. No entanto, ele está mais desenvolvido na esfera marítima do que na aérea.

16) *Turismo*: esse GT discute possibilidades de investimentos mútuos e de oferecer pacotes turísticos passando pelos três países. No entanto, é necessária a familiarização dos operadores e agentes de viagens com todas as possibilidades. Há também acordos bilaterais de turismo entre os membros do IBAS⁵⁹.

⁵⁷ MOURA, 2009.

⁵⁸ FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL, 2009a.

⁵⁹ FÓRUM DE DIÁLOGO ÍNDIA-BRASIL-ÁFRICA DO SUL, 2004d.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.